

Encontro de dirigentes e quadros da nossa associação

## ADFA ao serviço dos associados



*" Pretendemos que esta reunião seja a rampa de lançamento para o próximo Congresso "*

*" O nosso objectivo hoje, aqui, não é dar respostas, é colher sugestões, fazer um levantamento, um documento-base de tudo o que aqui foi dito e trabalharmos todos em conjunto a partir daí "*

*" Quanto aos lares não nos lastimemos daqui a 20 anos que deveríamos ter procurado a sua adequação à nossa realidade 20 anos antes "*

*" Neste último ano, foi ganha a batalha do relançamento da associação para o exterior, mas, no plano interno, não foi ganha esta batalha. Estamos agora a começar "*

No sábado, 6 de Julho, reuniram-se na Sede Nacional os principais quadros dirigentes e executivos da nossa associação para, em conjunto, reflectirem sobre a organização interna da ADFA e procurarem soluções para se poder proceder a uma organização sólida e sustentável dos serviços e à formação dos trabalhadores. As acções a emprender terão em vista servir os nossos associados de forma mais eficaz e mais humana e poder responder com dinamismo e qualidade a todos os desafios que nos são lançados, interna e externamente

(Centrais)

### Na visita ao CRPG

#### O SNR encontrou "seriedade, competência e profissionalismo"

Na visita ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, em 5 de Julho, o Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. Vitorino Dias, teve oportunidade de conhecer a realidade de uma experiência de reabilitação bem sucedida, em que a ADFA está empenhada, e manifestou admiração pela obra realizada.

(pag. 13)

### AJUTEC

#### 4ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias

Entre os dias 26 e 29 de Setembro, decorrerá na EXPONOR a AJUTEC, feira que pretende informar todas as pessoas dos recursos de que dispõem para superarem as suas incapacidades.

A ADFA estará representada, num Stand que cedeu ao CRPG, conjuntamente com o IEFP e a CERCIGAIA e onde estarão patentes as actividades e serviços prestados por aquela estrutura de reabilitação.

(pag. 12)

### Reflexões sobre o Stress de Guerra

#### Será que a doença existe ou é uma realidade incómoda e invisível ?

As posições pró e contra extremam-se por vezes. É uma realidade incómoda e invisível, pouco conhecida e reconhecida.

A ADFA tem vindo a estudar este problema e realizará em Setembro um Colóquio sobre o tema.

Deixamos entretanto o testemunho de um homem que tem lutado pelo direito à reabilitação destes deficientes.

(pag. 6)

ELO

Propriedade:

Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Administração e Redacção:  
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600 LISBOA  
Telefone: (01)7570502  
7570583 / 7570645 / 7570702  
Fax: 7571319

Director: José Diniz

Conselho de Redacção:

Armindo Roque, Carmo Vicente, Guedes da Fonte, Jaime Ferrer, José Maia, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo.

Colaboradores permanentes:

Abel Fortuna, António Carreiro, João Gonçalves.

Maquetagem e paginação:

Armindo Roque

Fotógrafo: Farinho Lopes

Composição: António Lemos

Montagem e Impressão:

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral, 26 Algés. Tel.4198065

Gravação do "ELO" sonoro:

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinaturas:

Anual: 1 300\$00.

Quando o envio do jornal for para fora de Portugal, os associados e assinantes suportarão os respectivos "portes", cujo valor anual é o seguinte:  
Europa: 2 420\$00  
Fora da Europa: 3 740\$00

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do "ELO", sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número: 12 500 exemplares

Tabela de publicidade

1 pág. (excepto 1ª e última) 80 000\$00  
1/2 página 46 000\$00  
1/4 página 26 000\$00  
1/6 página 16 500\$00

Pequeno anúncio: 450\$00 x 1 cm x nº de colunas.

Formação Profissional na Sede

## Enviem sugestões

Os serviços de Formação Profissional na Sede vão iniciar em Setembro próximo o trabalho de preparação dos processos de candidatura ao IIEFP, para novos cursos que terão lugar em 1997.

A Direcção Nacional pretende remodelar ou extinguir os cursos actualmente em funcionamento, propondo novos cursos sobre temas ou matérias ainda a definir.

Nestas circunstâncias, fazemos apelo aos associados interessados no assunto, para que nos enviem as suas sugestões e propostas acerca dos cursos que no seu entender, deveriam se ministrados no próximo ano de 1997.

Agradecemos que as vossas comunicações, escritas ou verbais, sejam endereçadas à Coordenadora de Formação Profissional na Sede, Drª Teresa Infante.

Obrigada pela vossa colaboração.

A Direcção Nacional

## Serviços da Sede Parcialmente encerrados em Agosto

No corrente ano, os serviços da Sede estarão, praticamente, encerrados, durante o mês de Agosto. Permanecerão, todavia, alguns em actividade, nesse período, conforme se indica:

### Serviço de Apoio aos Sócios

A parte correspondente à secretaria, com a presença, unicamente, do trabalhador Alberto Pinto, funcionará sempre e dentro do normal horário de expediente.

### Serviço de Apoio Médico

A consulta de clínica geral do Dr. Fernando Brito manter-se-á nos dias normais - 2ª e 5ª feira - até ao dia 22 de Agosto, recomeçando no dia 23 de Setembro. As colheitas para análises clínicas - 6ª feira - terminam no dia 26 de Julho e reiniciam-se a 6 de Setembro.

As consultas de psiquiatria - 6ª feira - terminam no dia 26 de Julho e reiniciam-se a 6 de Setembro. As consultas de psicologia - 2ª feira - terminam dia 31 de Julho e reiniciam-se a 2 de Setembro.

As consultas de urologia - 5ª feira - terminam dia 5 de Agosto e são retomadas em 9 de Setembro.

### Bar/Restaurante

Encerra a 1 de Agosto e reabre a 2 de Setembro

### "ELO"

O "ELO", que também vai de férias, e não será distribuído, como é habitual, no mês de Agosto, deseja aos associados, assinantes e leitores um reconfortante período de férias.

## Envio atrasado do "ELO"

O número anterior do nosso jornal foi expedido, com uma semana de atraso, em relação ao seu normal envio.

Do acontecido, e embora sem culpas do facto, a equipa do "Elo" pede a associados, assinantes e leitores as mais sinceras desculpas. Na realidade, e inexplicavelmente, a "Interpress", onde o jornal era impresso, comunicou, no dia 19 de Junho, nove dias antes da impressão, que, por encerramento da empresa, já não executaria o "ELO", a partir de então.

Foi intenso o labor dos que trabalham e orientam esta função associativa, mas foi positivo o resultado obtido! Outra gráfica, com custos muito semelhantes, produziu, e rapidamente, um "Elo" de melhor qualidade técnica, nomeadamente na reprodução fotográfica, o que nos permite encarar com optimismo a desejada remodelação e melhoria do nosso jornal.

No sentido de procurar servir, mais eficazmente, os objectivos da ADFA e dos associados, esperamos as vossas críticas, sugestões e participação, que tanto valorizam o jornal que, afinal, é de todos nós!

A Redacção

## Ginástica aquática Inscrições para sócios e familiares

A nossa Associação está a preparar, com o apoio e impulso da Comissão de Dinamização, a recriação da secção de desporto, no sentido da oferta de condições para que os associados e famílias possam praticar algumas actividades físicas, adequadas às eventuais deficiências e idade. Para tal estão a desenvolver-se contactos para contratar um técnico de desporto que apresente um projecto e o desenvolva, no intuito de, em breve, se iniciarem as modalidades de ginástica aquática e de manutenção.

Está já mais desenvolvida a hipótese da modalidade de ginástica aquática, a praticar, em princípio, nas piscinas municipais do Campo Grande, no início da próxima época que se desenvolverá a partir de Outubro.

Esta actividade de características apropriadas à realidade geral, poderá arrancar com um grupo de 25 praticantes, de ambos os sexos, sendo aquele número, prioritariamente preenchido por associados, ficando as vagas sobranes dedicadas, então, aos familiares.

Aconselha-se a todos os interessados que contactem a sede, a partir de 2 de Setembro, a fim de colherem informações e fazerem as possíveis inscrições para a ginástica aquática; quanto a outras modalidades que se pretende implementar daremos notícia logo que se torne oportuno.

## Devolução pelas ADM dos 25% pagos na farmácia

Segundo informação colhida pelo Departamento de Apoio aos Sócios junto do responsável pelo Serviço da ADME, ainda não é possível proceder à devolução da percentagem de 25% paga pelo beneficiário, no acto da compra dos medicamentos, em virtude de aquele serviço ainda não ter o equipamento adequado a este procedimento.

Segundo a mesma fonte, não é possível prever a data da implementação dos reembolsos, pelo que os sócios terão que aguardar mais algum tempo a resolução do problema, ao contrário do que já acontece com os beneficiários da ADMA e ADMFA, a quem já vêm sendo reembolsadas as quantias dispendidas.

Por outro lado e através de conhecimento dado por ofício oriundo do Gab/CEME, o Exército está disponível "para participar os medicamentos dos Deficientes das Forças Armadas, no activo, a 100%".

## Novos associados

MUTARO JALÓ  
ANTÓNIO MENDES ZARRO  
PEDRO JOÃO VEIGA  
JOAQUIM DUARTE FURTADO  
MÁRIO QUINTANILHA DE SAMPAIO NUNES  
ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES MARTINS  
MAMADU EMBALÓ  
FERNANDO MACIEL DA ROSA  
CUSTÓDIO JOSÉ CONSCIÊNCIA BUTES  
FRANCISCO JERÓNIMO AMEIXIEIRA PERNES  
ANTÓNIO BOTAS MOREIRA  
MAMADU BALDÉ  
AMADU PETE JALÓ  
NUNO MIGUEL ANJOS MENDES DA LUZ  
JOSÉ FRANCISCO PATRÍCIO LIMA MARTINS  
JORGE MANUEL CARVALHO MATOS  
JOSÉ REBELO DA SILVA GONÇALVES  
CARLOS FILIPE R. S. OLIVEIRA  
JOSÉ MARIA GOMES DA SILVA  
JOSÉ DA SILVA PEIXOTO  
FERNANDO GOMES CARDOSO  
JOSÉ MARIA FARIA ALVES  
ABÍLIO MARTINS FERREIRA SILVA  
MANUEL ANTÓNIO ARAÚJO MIRANDA  
ABÍLIO DA SILVA FERREIRA  
DELFINO DA SILVA CUNHA  
ANGELINO LUÍS G. COELHO  
ARMINDO MOREIRA GONÇALVES  
JOSEFINA CAMPOS DA SILVA  
CLEMENTINA ROSA DA CRUZ

### Serviços médicos e psicossociais

Clínica geral  
médico: Dr. Fernando Brito  
2ª-13H00 5ª-13H15

Psiquiatria  
médico: Dr. José Tropa  
6ª-14H30

Urologia  
médico: Dr. Paulo Vale  
2ª feira 17H00

Análises Clínicas:  
6ª - 9H00 às 10H00

Psicologia Clínica e Stress de Guerra:  
Drª Teresa Infante  
Horário: 2ª - 3ª - 4ª

Serviço Social:  
Drª Fátima Almeida  
2ª, 4ª e 6ª  
09H00 às 12H00  
14H00 às 18H00

Marcações: D. Elizabeth Couto

### Gabinete Jurídico

Advogado:  
Dr. António Carreiro  
3ª e 5ª 14H00 às 18H00

Marcações:  
D. Helena Afonso  
Nota: As marcações devem ser feitas previamente não se dando consultas ao telefone.

Solicita-se a todos os associados que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones:  
7570502/7570583/  
7570422/7570645/  
7570702/7570781

Quotas em dia direitos garantidos

### Horário da Sede

Expediente:  
09H00 às 18H00  
Intervalo de almoço:  
12H30 às 14H00  
Serviço de almoço:  
2ª a 6ª das  
12H30 às 14H30  
Serviço de bar:  
2ª a 6ª das  
09H00 às 19H00

## Carta da DN ao Secretário de Estado da Defesa

Exmo. Senhor  
Secretário de Estado da  
Defesa Nacional  
Dr. José Júlio Pereira Gomes

Em ofício de 26 de Junho de 1996, dirigido ao Sr. Director-Geral de Pessoal e de que demos conhecimento ao gabinete de Vossa Excelência, expressámos as nossas preocupações face à demora na constituição e consequente início de funções, do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares.

Embora o relevo dado a este órgão, na sua concepção, tenha ficado aquém das expectativas da ADFA, manifestámos uma atitude de total disponibilidade e participação: indicámos de imediato o nosso representante e demos início à preparação de um conjunto de matérias a submeter à apreciação do Conselho.

No passado dia 9 de Julho, o Sr. Director-Geral de Pessoal comunicou-nos, por ofício, que ainda não detém informação relativa a todos os representantes a integrar no Conselho Consultivo.

Face a esta demora, não podemos deixar de expressar a Vossa Excelência as nossas redobradas preocupações.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, existem áreas que carecem de uma intervenção imediata, nomeadamente o Lar Militar, a assistência médica, a tramitação processual, entre outras. O Conselho Consultivo estará vocacionado para encontrar propostas de medidas adequadas, daí a necessidade premente do seu funcionamento.

Aproveitamos para expressar a Vossa Excelência

as expectativas existentes entre os deficientes militares, sobre a alteração do quadro legal que regula ou ignora os seus direitos.

Neste âmbito, informamos que tivemos oportunidade, no passado dia 3 de Julho, de defender, junto da Comissão Parlamentar de Defesa, nos mesmos termos em que o temos feito junto de Vossa Excelência, a falta de preenchimento da lacuna legislativa existente, ou seja: a necessidade de criação de um diploma que venha estabelecer os direitos específicos dos militares, cujos acidentes ou doenças têm nexos de causalidade com o serviço, bem como clarificar esse mesmo mero nexo causal.

A exposição feita nesta audiência, concedida pela Comissão Parlamentar de Defesa, não teve o carácter, como na oportunidade realçámos, de recurso para a Assembleia da República, mas tão só de sensibilização deste órgão de soberania para a existência de uma situação que, pelas suas características próprias, diz respeito a toda a Nação.

Sem pretender interferir nos critérios de Vossa Excelência, e sem qualquer sentido de pressão, gostaríamos, após as férias, ou seja, em Setembro, de dispor de elementos sobre as perspectivas de criação da nova legislação, necessários para a discussão associativa que no interior da ADFA se vem verificando ultimamente.

Reiteramos junto de Vossa Excelência a nossa total disponibilidade para participar empenhadamente na resolução dos problemas que afectaram mais agudamente alguns sectores dos deficientes militares.

Agradecemos a atenção dispensada e apresentamos a Vossa Excelência os nossos respeitosos cumprimentos.

A DIRECÇÃO NACIONAL

## Funcionamento do CNR em análise

No dia 18 de Julho, às 10 horas, realizou-se uma reunião de trabalho no Secretariado Nacional de Reabilitação (no auditório do Centro de Maria Cândida da Cunha), em que, a convite do Secretário Nacional de Reabilitação, participaram as ONG de âmbito nacional sediadas nas áreas de Lisboa e Vale do Tejo e, também as do sul do País.

A convocatória desta reunião teve como objectivo obter os contributos do Movimento Associativo interveniente nos domínios da deficiência e da reabilitação, na perspectiva da operacionalização do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, criado na dependência do Ministro da Solidariedade e Segurança Social pelo Decreto-lei nº 35/96, de 7 de Maio.

Participaram na reunião um número elevado de representantes das organizações de e para deficientes, essencialmente as mesmas que tinham assento no Grupo de Diálogo e que reunia, por hábito, naquelas instalações.

Não foi submetido à apreciação dos presentes um projecto de diploma; procurou-se apenas obter contributos dos presentes para a concepção do novo Conselho.

O Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. Vitorino Vieira Dias, que presidiu à reunião recolheu a opinião dos representantes dos deficientes, dando a palavra a todos.

Verificou-se um coro de críticas ao anterior figurino do Secretariado, incluindo o Conselho Nacional e o Grupo de Diálogo, sobretudo a forma improdutiva como vinham funcionando.

Valorizou-se, entretanto, a discussão e análise que foi possível levar a cabo, no âmbito do Grupo de Diálogo, nomeadamente pelos grupos de trabalho. Mas foi salientado que essa discussão e análise não tiveram seguimento, ficando as diferentes propostas na gaveta.

Relativamente ao Conselho Nacional a criar, foram salientados os seguintes princípios a ter em conta: dignificação, credibilidade, representação alargada das associações de deficientes e representação ao mais alto nível dos ministérios. Quanto ao carácter das decisões do Conselho, a discussão situou-se num campo mais jurídico, realçando-se, contudo, que devem ser delimitadas matérias sobre as quais se deve pronunciar obrigatoriamente, devendo os seus pareceres, em alguns casos ser vinculativos.

A ADFA que se fez representar através do Presidente da Direcção Nacional, chamou a atenção para a necessidade de alguns pressupostos fundamentais da concepção do novo Conselho: que a integração dos deficientes na sociedade deve passar pela integração da reabilitação nas diferentes áreas governativas; que a reabilitação deve ser feita com os deficientes e não para os deficientes; que as capacidades restantes dos deficientes devem ser consideradas ilimitadas. Quanto à concepção do Conselho, o representante da ADFA defendeu que se lhe confira dignidade para que produza decisões com qualidade; que se faça reflectir na composição do Conselho a actual realidade organizativa dos deficientes; que a representação dos ministérios seja qualificada; que seja valorizada a componente científica; que a sua acção contribua para a mediatização da deficiência.

## Audiência com o General Ramalho Eanes

A Direcção Nacional foi recebida, a seu pedido, em audiência, no passado dia 10 de Julho, pelo General Ramalho Eanes. Esta reunião destinou-se a manter o antigo Presidente da República informado e sensibilizado para as questões que dizem respeito aos deficientes militares. Embora o assunto não seja novo para Ramalho Eanes, dado que enquanto no cargo de Chefe de Estado recebeu várias vezes a Direcção Central para debater os assuntos da ADFA e dos deficientes militares, manifestou muito agrado em se actualizar em relação a estas questões que se arrastam desde a Guerra Colonial.

Nesta audiência Ramalho Eanes manifestou-se disponível para visitar a ADFA, em data oportuna, para se inteirar mais directamente da realidade que é a nossa associação

## Reunião com o Presidente do IEFP



O presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dr. Mário Caldeira, reuniu com a Direcção Nacional, na Sede daquele organismo, no dia 4 de Julho.

Neste encontro foram discutidos assuntos referentes à possibilidade de se atribuir um estatuto jurídico ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, de forma a poder alargar a sua autonomia e âmbito de intervenção.

Foi também equacionada a possibilidade de a ADFA reinstalar a sua Tipografia noutra local pois, como é sabido, com o encerramento do Hospital Militar Anexo este problema tem de ser resolvido com urgência.

## A ADFA

### na Comunicação Social

A nossa Associação foi desta vez referida no Jornal "O Algarve", na sua edição de 18 de Julho, face à complexa situação em que se encontra a Delegação de Faro. Pelo que se transcreve algumas partes da mesma:

"Com que direito se pretende desalojar uma Associação de acção social, que é a ADFA, instalada há cerca de 20 anos, por protocolo estabelecido com a Casa dos Pescadores (hoje o edifício é propriedade da Segurança Social) à data proprietária do edifício? Não serão abusos do poder?"

Em processo 91/1792, de 11 de Junho/96, do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, dirigida ao Sr. Presidente do Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Algarve, é solicitado ao CRSS do Algarve e ao SNR informações urgentes no sentido que seja encontrada solução imediata que permita à ADFA prosseguir os seus fins no Algarve. E na mesma perspectiva o Ministério da Solidariedade e Segurança Social - Comissão Nacional para a Política de Terceira Idade, dirige-se em ofício, deliberando suspender qualquer financiamento à citada Fundação, enquanto as situações; edifício do Compromisso Marítimo e ADFA se mantiverem...".

## Deslocação a Angola

No âmbito do projecto para implantação em Luanda, de uma oficina de próteses, em cooperação com a AMMIGA (Associação dos Angolanos Militares Mutilados da Guerra), deslocou-se a Angola, no período de 21 de Julho a 2 de Agosto, uma Delegação da nossa Associação, constituída pelos Dr. Humberto Sertório F. Rodrigues e o Dr. Jerónimo Dias de Sousa.

No programa da visita estão incluídas, entre outras, as seguintes reuniões de trabalho com individualidades do Governo de Angola:

Vice-Ministro da Defesa para Administração e Finanças, General N'Gongo;

Vice-Ministro dos Petróleos, Senhor Desidério Costa.

Foram também estabelecidos contactos com entidades ligadas ao sector de reabilitação e analisadas as condições existentes, para o desenvolvimento deste projecto. Este, está a merecer o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, conforme o "ELO" já tem vindo a divulgar. No próximo número daremos notícia mais circunstanciada desta deslocação.

**Cada assinante  
do "ELO"  
é um amigo  
da ADFA**

## Viúvas e deficientes em serviço

Temas em debate na reunião do mês de Setembro

Os Órgãos Sociais da Delegação do Porto inscreveram no Programa de Acção aquando da sua eleição o seguinte:

- Pugnaremos junto dos Órgãos Nacionais pela concretização de:

- Alargamento do Direito das Pensões de Preço de Sangue;

- Obtenção de um Estatuto mais justo para Deficientes em Serviço.

Honrando o compromisso assumido, a Direcção da Delegação do Porto logo que iniciou funções, promoveu junto dos associados o debate sobre a situação dos Deficientes em Serviço.

Na reunião mensal, efectuada no primeiro Sábado de Novembro de 1995, os associados aprovaram uma Recomendação, apresentada pela Direcção de Delegação, da qual, pelo seu interesse e importância, se transcrevem os pontos principais:

- Os Deficientes em Serviço encontram-se abrangidos pelo Dec. Lei 498/72 - Estatuto da Aposentação Pública, instrumento Jurídico criado para regulamentar as situações de reforma por invalidez e limite de idade dos funcionários da Administração Pública.

A aplicação daquele Diploma Legal aos "Deficientes em Serviço", origina situações caricatas e de manifesta injustiça, tais como:

a) O valor da pensão acaba quase sempre por ser de igual montante, tanto para um deficiente com 1% de incapacidade como para outro com 40 % de incapacidade;

b) Decorridos 10 anos sobre a fixação da pensão, é coartada a possibilidade de revisão de incapacidade mesmo que se verifique um grande agravamento da deficiência;

c) Incompatibilidade do exercício de funções após a atribuição da pensão, visto que o Deficiente em Serviço é considerado um aposentado.

Os exemplos citados demonstram a necessidade de uma mudança legislativa.

Assim, os associados reunidos na Delegação do Porto, em 04 de Novembro de 1995, reflectiram de forma solidária e construtiva sobre o Estatuto dos Deficientes em Serviço e recomendam à Direcção Nacional o seguinte:

01 - Que sejam revistas as situações resultantes de acidentes ou doenças adquiridas ou agravadas no decorrer dos 14 anos de Guerra Colonial, de forma a que todos aquelas que resultaram de acções de preparação ou de participação na guerra ou guerrilha sejam enquadradas no Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro.

02 - Que os Deficientes em Serviço sejam retirados do Estatuto da Aposentação Pública e seja criada legislação especial, se possível enquadrada num Estatuto global e que contemple todas as situações inerentes aos Deficientes Militares.

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, realizada em 13 de Abril passado, aprovou uma proposta exigindo do Governo a tomada de medidas para satisfação das principais reivindicações da ADFA. Embora a competência reivindicativa seja da Direcção Nacional, a Direcção da Delegação do Porto não deixará de manifestar o desejo expresso pelos associados para que sejam reparadas as injustiças ainda existentes, pese o facto da Guerra Colonial já ter acabado há mais de vinte anos.

A próxima reunião mensal com os associados, a ter lugar no dia 7 de Setembro, às 15H00, no Auditório da Delegação, irá abordar este tema e fazer o ponto da situação sobre as reivindicações das viúvas e dos Deficientes em Serviço.

Apelamos à presença dos associados nesta reunião, pois somente com uma grande participação associativa conseguiremos alcançar os nossos objectivos.

## Regularização da Situação de Quotas.

A Direcção da Delegação está empenhada em melhorar a relação existente entre o associado e a Associação.

Para isso, se julga que é de máxima importância fazer das instalações um espaço de convívio e de participação associativa.

Os associados que ainda não regularizaram a sua situação de quotas, podem dar um contributo importante para que este objectivo seja alcançado, fazendo-o logo que possível.

## Inscrições para Natação Terapêutica no FCP

Os associados e familiares que pretendam praticar Natação, poderão fazê-lo nas Piscinas do Futebol Clube do Porto nas seguintes condições:

Época: Setembro/96 a Julho/97

Horário: 2ª e 6ª. das 20H15 às 21H15

Inscrição/Renovação: 2.650\$00

Mensalidade: 5.100\$00

Inscrições na Secretaria da Delegação até ao dia 10 de Agosto.

## Campanha do Emblema

Encontra-se à venda o Emblema da ADFA em Prata com contraste.

Se ainda não adquiriu, faça-o na sua Delegação

O preço é de Esc. 2.5000.00.

Use o emblema da ADFA como uma das formas de se identificar com a sua Associação.

## Cegos e amblíopes Que problemas? Que expectativas?



Promovida pela Delegação do Porto, realizou-se, no passado dia 5 de Julho, um encontro associativo destinado aos associados cegos e amblíopes.

O Encontro começou com um almoço na Delegação. Seguiu-se um debate que teve como finalidade conhecer os problemas e as expectativas que os sócios têm face às suas deficiências.

A problemática das mentalidades e da carga negativa que transportam, foi muito debatido e considerado um problema que ainda persiste.

Concluiu-se que é necessário facilitar o acesso às ajudas técnicas, a partir do Hospital Militar do Porto. As dificuldades de mobilidade e vários outros problemas foram também discutidos.

Foi decidido efectuar novo encontro, no dia 4 de Outubro (6ª feira), de forma a que os cegos da Delegação do Porto se conheçam melhor e aprofundem a discussão iniciada.

## Serviços ao dispor dos Associados

### Atendimento e Apoio Social

Informação sobre Direitos e Legislação de interesse.

- ADM, cartões, participações.

- Apoio na emissão e renovação de cartões de lista vermelha, verde e azul.

- Declaração de empréstimo para habitação, automóveis e outros.

- Apoio na adaptação de viaturas e do dístico identificativo de deficiente

- Serviços Sociais.

- Assistente do Serviço: Sónia Aguiar

### Gabinete Jurídico

- Consultadoria Jurídica.

- Acompanhamento de Processos

- Responsável: Drª. Manuela Santos

### Bar/ Restaurante

Serviços de almoços:

Dias úteis

Primeiros Sábados do mês

### Consultas sobre Stress de Guerra

- Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

- Marcações: D. Elisabeth Couto

### Campo de Jogos

- Sócios e Familiares.

- Domingos de manhã

- Marcações para utilização noutras datas: João

Coelho

### Aquisição de viaturas com isenção de impostos

- Viaturas de várias marcas e modelos

- Assistente de Serviço: Elisabeth Couto

### Consultas de Próteses e Ortóteses no HMR1 (Porto)

- Agosto: dia 28

- Setembro: dias 11 e 25

- Outubro: dias 9 e 30

- Novembro: dias 13 e 27

- Dezembro: dia 11

Contactos: Telf: 02- 820403 e 02- 820744 Fax: 02-825242

## Premiado no Sorteio da Bola Autografada

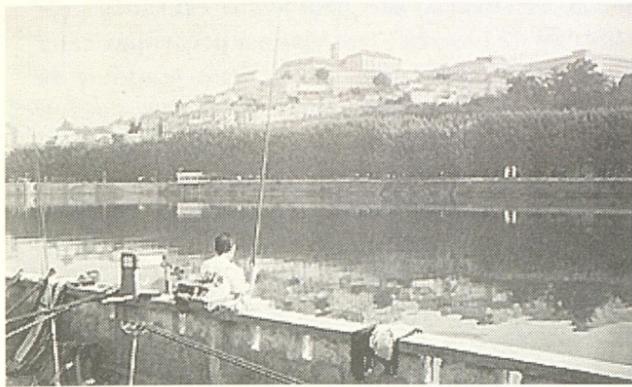


No Auditório da Delegação do Porto, realizou-se, no passado dia 6 de Julho, o sorteio da bola autografada pelos elementos da Equipa de Futebol Clube do Porto.

Foi premiado o bilhete com o número 061, adquirido pelo Sr. Francisco dos Santos Pereira, de Matosinhos.

O sorteio efectuou-se com a presença de elementos dos Órgãos Sociais da Delegação e de muitos associados que, com grande expectativa, esperavam o momento da extracção dos três algarismos.

**A ADFA-Coimbra  
Campeã distrital  
de pesca desportiva  
de rio na época 1995/96**



Com a realização da 4ª prova do Campeonato Distrital desta modalidade, organizada pelo INATEL, terminou esta maratona.

Este campeonato foi o mais concorrido desde que o INATEL o organiza. O nível dos concorrentes foi muito bom, já que mais de meia centena de pescadores tiveram uma pontuação que mostra a grande regularidade verificada.

**A equipa da Delegação da ADFA de Coimbra sagrou-se campeã deste torneio, tendo os seus desportistas ficado classificados individualmente nas seguintes posições:**

- 2º - Fausto Santos; 4º - José Luís;
- 7º - Luís Barata; 25º - Mário Diniz

**Campismo**



Entre os dias 06 e 10 de Junho, com a presença do Sr. Governador Civil de Leiria e outras entidades civis do Concelho de Leiria e do Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, teve lugar na praia de Pedrógão (Parque Nacional de Campismo) o 20º Acampamento Nacional organizado pela Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

Pela ADFA esteve presente o nosso associado nº 4435 - Manuel Correia Cruz Parracho, tendo sido hasteada a bandeira da ADFA de entre as muitas presentes, nacionais e estrangeiras.

**Madeira**

1. A Direcção da ADFA / Madeira, informa os seus associados desta Região Autónoma, que os seus serviços administrativos estarão encerrados durante todo o mês de Agosto, para férias dos trabalhadores.

2. Por motivo de mudança de residência, foi pedida a demissão do cargo de Secretário da Direcção, do nosso associado Hugo Guerra, A Direcção da Delegação fará a sua substituição, após consulta ao Presidente da Assembleia Geral.

3. Realizou-se em 21 de Julho (Domingo), um convívio de Sócios, no restaurante "A Parreira".

**Abraço de núcleos  
em Valado de Frades**

**7 de Setembro**

Concretizar-se-á, conforme tínhamos indicado no número anterior, o encontro/abraço dirigido, especialmente, aos associados residentes na área dos núcleos de Alcobaça, Aveiras e Peniche.

A concentração iniciar-se-á, pelas 10:30 horas, do dia 7 de Setembro, no parque de merendas de Valado de Frades, junto à estação dos caminhos de ferro.

Para quem não conhecer o local, onde, aliás, já se realizou outro convívio, em Setembro de 1993, poderá dirigir-se a Alcobaça e, daí, apanhar a estrada para a Nazaré; cerca de 4,5 km depois, encontra-se, à esquerda umas bombas de gasolina, passa-se um viaduto sobre a via férrea e o local fica imediatamente a seguir, 50 metros do lado esquerdo da faixa de rodagem.

Se o tempo não quiser colaborar, não permitindo o encontro ao ar livre, não deixaremos de comparecer. A Comissão Instaladora do núcleo de Alcobaça estará no local, indicando a alternativa, com a mesma qualidade, que está a ser estudada, para o caso de surgir alguma emergência provocada pelo tempo.

O núcleo de Alcobaça garantirá, para além da organização, o pão caseiro, o vinho e os assadores com as brasas prontas para a função; o núcleo de Aveiras providenciará as carnes de porco e o núcleo de Peniche, como seria de esperar, trará o peixe, de entre o qual não serão esquecidas as sardinhas, esperamos...

Pensa-se, durante a manhã, poder fazer um jogo popular, talvez o chinquilho; depois do almoço falaremos dos nossos casos e das realidades que a ADFA, neste momento enfrenta e, possivelmente, mais para a tarde, uma surpresa recreativa nos alegrará a despedida. Para os mais divertidos lembra-se que, naquele mesmo dia, se iniciam, a 5 km dali, os festejos tradicionais da Senhora da Nazaré!

Pede-se aos associados para que se inscrevam, a fim de poder fazer-se a previsão de todos os presentes, para que nada falte! Quem quiser, como é óbvio, pode levar "pic-nic", frango, pastéis ou outros mantimentos de campanha.

Tais inscrições devem ser feitas até 31 de Agosto, para Alcobaça (indicativo 062)- associados Silvio Lourenço tel. 41733 e Daniel Silva, tel. 503133; Peniche (indicativo 062) associado José Oliveira, tel. 769060; e Aveiras de Cima (indicativo 063) associados Elisiário Seabra, tel. 46305 e Manuel Joaquim, tel. 45666.

A Santa Casa da Misericórdia da Azambuja porá à disposição dos sócios daquela área um mini-autocarro, de 28 lugares, pelo que os interessados devem contactar os dirigentes do núcleo de Aveiras, antes referidos para garantir marcação para a deslocação ao Valado de Frades.

Faremos, com certeza, do próximo dia 7 de Setembro mais uma grande jornada da nossa força e vigor associativos. Estaremos à tua espera!

**Casa de Saúde de Guimarães**

Informa-se que a Casa de Saúde de Guimarães, antiga Clínica Paulo VI, através dos seus próprios Serviços e também das suas associadas AMI - Diagnóstico Por Imagem e AMI - Oftalmologia, um corpo clínico, técnico e de enfermagem, apoiado por modernas instalações e equipamentos, presta-lhe, serviços nas seguintes áreas:

-TAC; LAZER OFTALMOLÓGICO; ECOGRAFIA; BIOMETRIA; MAMOGRAFIA; SINOPTÓFERO; DESINTOMETRIA ÓSSEA; CAMPOS VISUAIS; RADIOLOGIA CONVENCIONAL; ANGIOGRAFIA FLUORESCÉINICA; ÉCRAN D'HESSÉ

Tem convenções com a ADME, a ADMA e a ADSE, entre outros subsistemas de saúde

Todos os beneficiários destes subsistemas de saúde podem utilizar directamente estes Serviços, devendo para tal usar o seguinte contacto:

**Casa de Saúde de Guimarães Rua Paulo VI,  
4810 Guimarães  
Tel. 053 - 41 95 24  
Fax. 053 - 51 61 95**

**Donativos para a Delegação  
dos Açores**

MÊS DE JANEIRO 1996

Nº	Nome	Ilha	Donativo
5453	João Manuel da C. Massa	S. Miguel	15.000.00
384	Carlos J.P. Agostinho	"	10.000.00
211	João Jacinto Cabral	"	5.000.00
192	António Benevides	"	5.000.00
807	Domingues Rocha Dutra	"	5.000.00
985	José António M. Pacheco	"	5.000.00
189	Manuel Eduardo Cabral	"	2.000.00
120	João Carlos M. Rufino	"	3.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>50.000.00</b>

MÊS DE FEVEREIRO

3763	Ezequiel Silva Cordeiro	AMÉRICA	7.618.00
5901	João Francisco Brum Faria	S. MIGUEL	5.000.00
2867	Silvino Monte Andrade	"	10.000.00
7547	Manuel Pedro S. Medeiros	"	10.000.00
5316	Severiano Luís P. Almeida	"	5.000.00
5821	José Cabeceiras Tavares	"	13.000.00
5312	Manuel Isidro da Silva	S. JORGE	1.000.00
7571	José Humberto de Sousa	"	6.000.00
926	António Hermínio Ávila	"	3.000.00
493	Manuel Casímiro Nunes	"	2.500.00
025	José Paulino	"	6.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>69.118.00</b>

MÊS DE MARÇO

6656	José Pacheco Chaves	STª MARIA	20.000.00
1113	Pedro José Alves	S. MIGUEL	5.000.00
6634	Manuel Braga Melo	STª MARIA	5.000.00
1441	Didio Luís V. Correia	S. MIGUEL	10.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>40.000.00</b>

MÊS DE ABRIL

11518	Carlos Alberto T. Sebastião	S. Miguel	25.000.00
3763	Ezequiel S. Cordeiro	E . U . A .	7.000.00
5918	Virgílio João B. Costa	E . U . A .	3.000.00
8937	Miguel Botelho Coelho	S. Miguel	3.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>38.000.00</b>

MÊS DE MAIO

2540	António Januário Fontes	S. JORGE	6.000.00
5985	José António M. Pacheco	S. MIGUEL	5.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>11.000.00</b>

MÊS DE JUNHO

8038	Manuel Pereira Medeiros	S. MIGUEL	40.000.00
	Helena Maria C. M. Medeiros	"	20.000.00
	Balbina Fernanda Pereira	"	15.000.00
<b>TOTAL</b>			<b>75.000.00</b>

**Bragança**

**A Delegação de Bragança estará encerrada, por motivo de férias, desde o dia 29 de Julho a 21 de Agosto.**

*A Direcção da Delegação*

**Évora**

**Por motivo de férias, e porque só temos um funcionário, informamos os nossos associados, que a Secretaria da Delegação de Évora, se encontra encerrada durante o mês de Agosto.**

*A Direcção de Delegação*

**Famalicão**

**Por motivos de férias do funcionário da Delegação de Famalicão a mesma estará encerrada de 1 a 31 de Agosto.**

## Ele teve que matar para sobreviver na guerra

Obviamente que o Stress de guerra existe. O processo inicia-se mui sumariamente com a partida dos jovens, oriundos de quase todos os lares portugueses, para o cumprimento do serviço militar. A instrução militar, violenta, desumana a que são sujeitos, tratados como meros títeres, seguindo-se a partida para as matas de Angola, Guiné e Moçambique. Objectos, são enviados para o isolamento, na maioria dos casos, deslocando-se do mato para o mato.

Se a instrução já era uma guerra, morria-se nela, iniciava-se o combate contra os guerrilheiros dos movimentos de libertação.

### JOVENS ENVELHECIDOS PRECOCEMENTE

O assistir a mortes e ter que matar para sobreviver; estar presente em acções de violência; passar fome e sede; o assistir e/ou participar na morte de crianças e mulheres; estar presente em acções de bombardeamentos, tiroteios intensivos, rebentamentos de minas, armadilhas, foinhos e o tão famigerado Napalm; as dificuldades de ambientação ao clima e o estar longe da família, transformaram aqueles jovens sorridentes, ávidos de vida, em homens precocemente envelhecidos. No regresso farrapos humanos, remendados. Uns já haviam constituído família, outros fizeram-no logo de imediato, os restantes ficaram solteiros. Marcham para a vida, diferentes. As mulheres e os filhos paridos muitas vezes de actos sexuais de violência, mulheres violadas pelo guerreiro e não pelo amor do marido. De imediato, ou posteriormente, o ex-combatente isola-se como se a aldeia, a vila ou a cidade fosse um quartelamento. Não fala da guerra nem aos pais, à mulher, aos filhos ou a familiares e amigos, como não o fizera quando combatia. Quando o fazia com alguém, só comentava as bebedeiras, e sorria.

Na generalidade, e num período curto ou mais lasso, volta a vestir a farda, embora civil, agride, esbofeteando a mulher, os filhos, ou ambos. Não tem paciência para o diálogo e por vezes a família em embrião é destruída como por acção de um rebentamento. Os filhos ficam a cargo da mãe violada pela guerra colonial. **Ele teve que matar para sobreviver na guerra.** É o funeral da família. Foi uma mina, uma armadilha ou um foinho.

Os pais, os irmãos, as mulheres e os filhos daqueles que haviam contraído matrimónio antes da partida, num porão ou num avião, assim como as namoradas e noivas de então e os familiares e amigos traumatizados pelo seu ente querido e amigo, choraram à partida para a guerra, e enquanto ela decorreu. Os pais em muitos casos morrem precocemente. O Estado português ignora a situação e deixa viúvas, por vezes mães também, na miséria.

### PORQUE SE SUICIDAM?

Um ex-combatente suicida-se. Perguntam: porque se suicidou? Porque se suicidou? E não entendem. E os vivos, os ex-combatentes, vivem (se isso é viver) com medo do futuro. Aqueles que ainda possuem o amor das esposas, dos filhos, por vezes, partem portas, armários e outros utensílios domésticos, talvez, por não quererem agredi-los.

No quotidiano, aqueles dóceis seres humanos que partiram para a guerra, no trabalho são despedidos; na rua são presos por criarem conflito e são desconfiados. São possuidores de um forte espírito de justiça. E isto por existir um desdobramento em duas personagens distintas: a boa, aquele jovem alegre que partira para a guerra e a outra nascida da guerra. **Ele teve que matar para sobreviver na guerra.** E é por tal razão que, na maioria dos casos, odeiam fardas, qualquer tipo de fardas, inclusive a dos bombeiros, embora os adorem. E porque a farda alimenta o ódio, nas suas mentes amputadas, parecendo paradoxo, andam fardados, diariamente, em guerra consigo e com os outros, armados, imaginariamente, de arma na mão, como se os pavimentos fossem as matas, atentos aos ruídos e passos; e chorando quando uma criança chora, lembrando a criança que viram matar ou mataram.

Pela noite dentro, já depois de ingerirem doses excessivas de medicamentos, sonhos, pesadelos angustiantes, sufocantes, com gritos, choros, sangue em corpos retalhados, rebentamentos, tudo numa amálgama. Restam do sono três ou

quatro horas de descanso, se é descanso, isto após inúmeras dificuldades em adormecer. Ao levantarem-se pretendem iniciar um novo dia, mas são dias semelhantes, e por vezes bebem, não uma bebida, mas em excesso. Sim, porque nos quartelamentos, bebia-se em excesso. Bebia-se ao pequeno-almoço, ao almoço, ao jantar e nos intervalos. E a bebida normalmente não faltava. Uma das principais razões de se ingerir álcool em demasia era talvez terem que sofrer sede nas operações, outra razão era para esquecer. Bebia-se nas matas, quando acabava a água no cantil, o líquido dos charcos e até mijo.

Aqueles que fumam, fazem-no em excesso.

Há ainda os que se tornaram toxicodependentes.

Os ex-combatentes com PTSD têm dificuldades de concentração, esquecem, quer se alaguem em álcool, quer se droguem ou não. Têm tremuras em diferentes partes do corpo, ranger de dentes, gaguejam por vezes. A família não entende o medo que possuem quando se deslocam a hipermercados, supermercados, locais de forte concentração de pessoas. Medo dos grandes espaços, não estando bem em local algum, nem no lar se o possuem.

No café, no restaurante ou outro local público. Querem abandonar os locais onde se encontram. São os locais fechados. Nos transportes, alguns nem sequer tiraram a carta de condução, porque sabiam que o carro na estrada era um foco de conflitos com os outros; não andam em muitos casos de metro e elevadores e outros transportes públicos, principalmente os superlotados.

Estar metido em bichas, é uma afronta, uma agressão, detestam.

### EM GUERRA CONSIGO MESMO

E são estes ex-combatentes, que no dia a dia, estão em guerra, que fazem comissões, uma após outra, e na grande maioria não estão amputados de membros, não estão cegos, sem cicatrizes visíveis, não possuem próteses: **para a mente amputada não há qualquer tipo de prótese.** Transportaram, sim, porque foram eles que o fizeram, os tais amputados, os cegos e inúmeras vezes foram eles que lhes salvaram as vidas. Apanharam das bolanhas, das matas, os despojos dos mortos, escorrendo o sangue pelos corpos, colocando-os, pedaço a pedaço, em sacos de plástico e outros recipientes. Transportaram os feridos chorando a dor e os mortos.

Hoje, os ex-combatentes com PTSD são despojos humanos, com as vísceras sangrando-lhes os corpos, dos camaradas mortos.

Os ex-combatentes com Stress de Guerra são portadores de outras doenças, filhas da guerra: problemas musculares, cardíacos, de ossos, de pele, sexuais entre outros. Possuem uma vida curta. Vivem com problemas que a nossa sociedade desconhece e por culpa de alguém.

Alguns senhores oficiais do quadro têm contado a guerra como lhes convém. A APOIAR está disponível para colaborar na criação de um "Arquivo permanente sobre a Guerra Colonial" para recolha de depoimentos, escritos ou gravados, do Soldado, do Cabo, do Furiel e Alferes miliciano e daqueles Oficiais do quadro, que o pretendam fazer.

Contem a história da guerra colonial nos manuais escolares, não a façam prisioneira. Passados vinte e dois anos após a guerra colonial o ex-combatente continua em guerra consigo e com os outros.

Mário Gaspar  
Sócio pendente 4482

**CENTRO MÉDICO «AMATUS LUSITANUS»**

**URGÊNCIAS DENTÁRIAS**  
&  
**SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE**

Linda-a-Velha 01-4192083 Lagos 082-764189  
Algés 01-411466 Castelo Branco 072-321129  
Pinhal Novo 01-2381694 Ambul. Tagus 01-4784333

Convenções com: ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS e outros. ( ex. Marconi e Portugal Telecom)  
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

**Aberto aos Sábados, Domingos e Feriados**

## Colóquio sobre "Stress de Guerra"

20 de Setembro

A agudização dos problemas causados pelo "Stress de Guerra" tem vindo a preocupar cada vez mais a nossa associação. Nesse sentido e de acordo com os objectivos definidos no seu Programa Eleitoral, a Direcção Nacional implementou um serviço de despiste, acompanhamento e tratamento de militares que tenham por esta razão, adquirido uma incapacidade que os impeça de desenvolver actividade profissional e uma vida familiar normal.

A realização deste colóquio destina-se a trazer a público, neste momento, os resultados da experiência e do trabalho já efectuado pela equipa multidisciplinar que na ADFA tem desenvolvido esta actividade.

Para este colóquio, a ADFA irá convidar outras entidades que se debruçam sobre esta matéria, nomeadamente o serviço de Psiquiatria Comportamental do Hospital Júlio de Matos, dirigido pelo Professor Afonso de Albuquerque.

O colóquio será aberto ao público em geral e serão particularmente convidadas as Delegações e Núcleos da ADFA, a APOIAR e o Secretariado Nacional de Reabilitação.

A ADFA fará um convite aos órgãos de comunicação social para que dêem expressão pública deste problema e que nele participem activamente.

Este colóquio destina-se a criar condições e interessar o maior número de pessoas possível, para a realização, em breve, de um Seminário, já com uma envolvimento muito maior, tanto das instituições militares como civis, de forma a que se possa avançar futuramente para a realização de um Congresso. Refira-se a este respeito que a ADFA foi quem, pela primeira vez, levou a efeito um "Simposium", Congresso Internacional, onde o Stress de Guerra foi discutido, em 1987, na Escola de Enfermagem da Fundação Calouste Gulbenkian.

### Viagens e turismo

Para a utilização destes serviços devem os associados, devidamente identificados como tal, e com as quotas em dia, dirigirem-se aos balcões da TopTours espalhados pelo país. Caso na localidade onde vivem não haja filial da TopTours, podem, telefonicamente, solicitar os serviços pretendidos para o balcão mais próximo.

#### Filiais da Top-tours

1000 LISBOA	Av. Duque de Loulé, 108. Tel.3155885 Fax 3155873
1200 LISBOA	Av. da Liberdade, 38 - H Tel. 3468384 Fax 3476424
1700 LISBOA	Av. da Igreja, 6 - B Tel.8483027 Fax 8491169
1500 LISBOA	R. Francisco Stromp, 3 - A Tel.7575176 Fax 7575168
1000 LISBOA	R. Laura Alves, 12 - F 7941052 Fax 7940816
2800 ALMADA	R Garcia da Horta, 26 - B Tel.2742214 Fax 2742249
4100 PORTO	Av. da Boavista, 1361 Tel. 6000861 Fax 6068221
4000 PORTO	R. Alferes Malheiro, 96 Tel. 2082785 Fax 325367
8500 PORTIMÃO	Estrada da Rocha, Praia da Rocha Tel. 417552 Fax 417573
8125 QUARTEIRA	Av. Infante de Sagres, 73 Tel. 302726 Fax 302731

# Centro de repouso em Silves para deficientes militares

## Declaração de intenções



### I - INTRODUÇÃO

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem, de alguns anos a esta parte, acalentado a esperança de vir a construir um centro de férias e repouso destinado a deficientes militares.

Na realidade, as infraestruturas existentes no país que poderiam vir a ser utilizadas pelos deficientes militares não se encontram minimamente adaptadas a este tipo de utentes e não dispõem dos equipamentos sociais na vertente reabilitacional, que se tornam indispensáveis para uma população com carências especiais.

Acresce ainda que os estabelecimentos ou instalações existentes são administrados pelos Serviços Sociais das Forças Armadas ou pela Cruz Vermelha Portuguesa, portanto pelo Estado.

Como é do conhecimento geral, o Estado não está especialmente vocacionado para gerir infraestruturas de apoio a pessoas com deficiências, o que obrigou várias associações que as representam a substituírem-se a este, procurando criar os meios que possam responder às suas necessidades específicas.

A ADFA não constitui excepção a esta situação geral.

A progressiva degradação dos serviços médico-sociais que deveriam, por força da lei, ser assumidos pelo Estado leva a Associação a procurar, pelos seus próprios meios, a resolução parcial dos problemas que afligem os seus associados, que correm o risco, pelo avançar da idade, de vir a ter uma velhice indigna de quem sacrificou a saúde ao serviço da Pátria.

Em Fevereiro de 1996, o executivo da Câmara Municipal de Silves ofereceu à ADFA a possibilidade de utilização

de um terreno, de área ainda a determinar, na zona adjacente à ribeira de Encherim, a cerca de 2 km de Silves, para construção de um centro de repouso e de recuperação física e psicológica destinado a deficientes militares e suas famílias.

O gesto do executivo da autarquia de Silves é de grande alcance social e merece reconhecimento público pela grande ousadia e projecção futura em termos de equipamento específico dirigido a uma comunidade tão desprovida de apoio, como é o caso dos deficientes em Portugal.

### II

#### ACÇÃO DESENVOLVIDA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJECTO

A ADFA, em resposta ao desafio que lhe foi lançado, procurou obter o contributo de uma equipa de especialistas para poder apresentar um projecto que correspondesse ao perspectivado. Ao mesmo tempo, pensamos obter suporte financeiro para a sua concretização, através de contactos estabelecidos com associações congéneres europeias filiadas na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (FMAC), de que a ADFA faz parte, ocupando actualmente a Presidência da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus.

Em relação à equipa de especialistas, a ADFA está convicta que encontrou a melhor solução, através do Núcleo de Estudos dos alunos de Território do Instituto Superior Técnico e da equipa de professores que o apoiam. Poderá pôr-se a questão de saber porque se recorreu a uma equipa académica com as características que o seu nome indica e não a uma empresa ou simples gabinete de engenharia/arquitectura. A resposta reside nas características do projecto, na qualidade dos seus utentes e no enquadramento sócio-

económico que se lhe pretende dar.

Estamos, de facto, perante algo de inédito em Portugal. Um Centro de férias, ou uma estância de repouso para deficientes de todos os tipos e suas famílias, que não existe entre nós. Trata-se de um empreendimento inovador, um desafio em termos técnicos, funcionais e sociais.

Pretendemos que este projecto sirva os deficientes motores, sensoriais, orgânicos e mentais. Um tão vasto universo de utentes implica pesquisa de soluções técnicas de conjunto, que ultrapassam, no nosso entender, as soluções, um pouco estereotipadas, que poderão ser propostas por uma empresa, mesmo de grande qualidade e recursos multidisciplinares.

Como é inovador e constitui um desafio motivador, só uma equipa jovem com capacidade de entrega e de busca incessante poderá encontrar, devidamente enquadrada, as respostas mais adequadas.

Mas os objetivos básicos da ADFA neste projecto são muito mais vastos e importantes: queremos um centro, chamar-lhe-emos assim, integrado na comunidade local em que estará implantado.

Pelo facto de se encontrar a dois km de Silves, poderemos estabelecer um pólo de actividades dirigido e integrado na população local. Não pretendemos um "hotel" para deficientes, uma espécie de "ghetto" nas suas dimensões sociais e humanas. Todos os potenciais da população semi-fixa que viver no local estarão abertos à comunidade local. Temos portanto de dotar este Centro de equipamento social que nos permita este

intercâmbio e este fluxo/refluxo humano de quem vem restabelecer o equilíbrio físico e psicológico mas tem muito a contribuir para a sociedade local.

A segunda ideia-força importante é a da inserção física do Centro no ambiente e paisagem da Serra Algarvia.

A autonomia e completa possibilidade de deslocação própria dos deficientes no espaço envolvente são cruciais para o seu bem-estar e repouso.

Não se pretende construir um conjunto hoteleiro fisicamente separado do espaço envolvente, mas aberto e integrado nas colinas que o circundam. Não deverá haver fronteiras entre as edificações humanas e o ambiente. Este deverá estar presente no pátio ou no jardim exterior. A Natureza deverá englobar as construções, na medida do possível.

Para os deficientes utentes deste Centro, quase todos eles vivendo em áreas urbanas, esta integração na Natureza é fundamental para repouso e inserção no ambiente local.

### III

#### ESPECIFICAÇÕES GERAIS

As especificações gerais deste projecto são difíceis de definir com exactidão nesta fase do estudo prévio do mesmo. Tendo em conta o universo total dos associados e das suas características, pensamos que o alojamento, na sua totalidade, deveria apontar para valores médios mensais de 500 pessoas.

A construção deverá ser do tipo apartamento familiar e também do tipo quarto de hotel, para pessoas portadoras de deficiências compatíveis com este tipo de alojamento.

Toda a estrutura de apoio à unidade hoteleira, refeitório, salas de estar, cozinhas, lavandarias, etc, deverão reflectir as características "autonomizantes" que se pretendem alcançar para a população utente.

O equipamento social deverá obrigatoriamente englobar uma piscina, estruturas de apoio médico, um pequeno ginásio com valências de recuperação funcional e física e uma construção polivalente para diversos tipos de actividades culturais, recreativas, etc.

Respeitando a cultura dominante e não só, seria desejável dispor também de um local de culto versátil e com possibilidade de aproveitamento para outras actividades sócio-culturais.

Tendo em vista a integração na comunidade local, seria desejável dispor de salas de aula/oficinas para diversos tipos de actividades voltadas para a população jovem e idosa.

*Direcção Nacional*

# Tabela de Incapacidades em Debate

Esta nova tabela, resultado de muitas contribuições e de muitas reuniões, foi um verdadeiro aborto legislativo e contrariou todas as esperanças e desrespeitou os estudos e as propostas de muitos técnicos e especialistas, foi imediatamente criticada e exigida a sua revogação pelas Associações de Deficientes, nomeadamente a Associação Nacional dos Sinistrados do Trabalho, a Associação Portuguesa de Deficientes, pela UCNOD, pela CGTP, por muitos Sindicatos, por muitos médicos e Magistrados; referiu Amândio Silva Bastos, Vice-Presidente da Direcção Nacional da União Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes, na abertura do Colóquio sobre a nova Tabela de Incapacidades, realizado no dia 01 de Junho, em Lisboa, por iniciativa desta Organização.

O Colóquio contou com a presença de várias entidades oficiais, Organizações de e para deficientes e diversas individualidades de entre as quais salientamos o Dr. Adalberto Fernandes em representação do Sr. Secretário de Estado da Inserção Social e do Secretário Nacional de Reabilitação, que interveio activamente no debate e a Dr.ª Madalena Oliveira, Vice-Provedora de Justiça.

Foram oradores: o Prof. Duarte Nuno Vieira, da Faculdade de Medicina de Coimbra e Director de Serviço do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, Dr.ª Ana Isabel Pestana, médica da Segurança Social e doenças profissionais e os Drs. Rui Martins e Victor Ribeiro, advogados especializados em Leis de Trabalho

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas fez-se representar pelo 3.º Secretário da Direcção Nacional, Luís de Almeida Machado, que aproveitou para expressar as preocupações resultantes da aplicação da nova T N I, ilustrando com algumas questões concretas.

O Colóquio decorreu com animação e interesse, contando com cerca de 75 participantes, salientando-se que é entendido que a nova T N I é bastante mais restritiva que a anterior, valorizando o factor "Função Profissional" em detrimento de outros que não leva em consideração, relacionados com a inserção no meio social.

Por outro lado, os Juristas presentes insistiram na necessidade urgente da revisão das Leis de Trabalho, intimamente conexas com a T N I, que são geradoras de grandes injustiças.

#### Conclusões

1. Sendo a Tabela Nacional de Incapacidades principalmente dirigida para avaliação da incapacidade nos casos de acidente de trabalho e doenças profissionais, impõe-se, com urgência, a revisão do regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho- Lei 2.127 de Agosto e Decreto 360/71.

2. Dada a sua complexidade, a responsabilidade pela avaliação da incapacidade e do dano, deve ser atribuída a uma equipa multidisciplinar, deixando assim o perito médico de estar isolado na sua definição.

3. Devem ser criados (principalmente nas Capitais de Distrito) Centros de Avaliação de Incapacidade, onde funcionem as equipas referenciadas, em 2.

4. Revisão da Tabela aprovada pelo Decreto 341/93 de 30 de Setembro por forma a que da sua aplicação, não resulte, como se sabe estar a acontecer, em alguns casos, tratamento menos favorável para os deficientes e em particular para os sinistrados no trabalho.

5. Alguns direitos adquiridos pelos deficientes. (IRS, Isenções Fiscais, Crédito para Habitação, etc...), carecem de atestados específicos (para direitos diferentes, atestados diferentes) com todo o acervo de implicações e custos injustificáveis, impondo-se com urgência a adopção de um cartão de deficiente, nos casos em que a incapacidade é permanente.

6. Dar conhecimento destas conclusões ao Governo, Provedor de Justiça, Grupos Parlamentares, Instituto de Seguros de Portugal e Presidente da Comissão Permanente para a revisão e actualização da Tabela Nacional de Incapacidades.

# A ADFA ao serviço dos associados

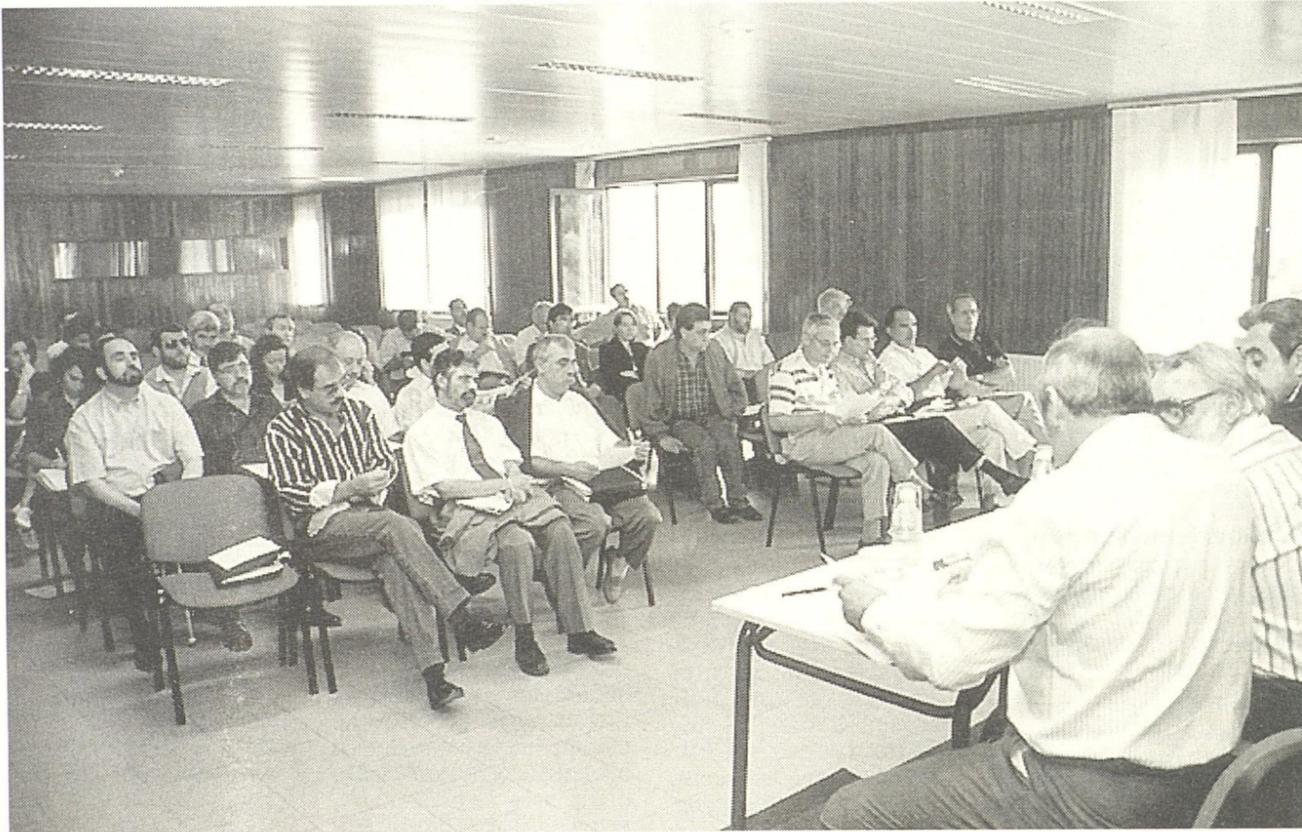
## Tema de reflexão no encontro associativo realizado em 6 de Julho

*“Vem atrasada esta reunião, vem com um ano de atraso. Há um ano que nós deveríamos, de facto, ter feito esta reflexão, mas nunca é tarde. E o facto de ela vir já um pouco tarde também poderá ter as suas vantagens, isto é, temos hoje uma maior consciência das dificuldades existentes a nível interno em termos de organização e, portanto, seremos capazes de evidenciar aqui, hoje, essas dificuldades e apontar soluções.(...) Pretendemos hoje, aqui, que sejam lançados elementos em cima da mesa através das diversas intervenções que resultarão da experiência de cada um no trabalho que tem sido feito na Associação. Pretendemos que, a partir desses elementos, seja possível depois proceder a uma organização sólida e sustentável para o futuro, de maneira a termos bem consciência das necessidades dos sócios, e nós estamos cá para servir os sócios, e das formas que devemos encontrar para satisfazer essas mesmas necessidades, isto é, que tipo de serviços é que a Associação presta, que tipo de serviços é que deve prestar e a forma como o faz, como o tem feito e como o deve fazer.”*

Com estas palavras o Presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, deu o tom do que seria o encontro associativo realizado na sede nacional, no dia 6 de Julho, e que reuniu os principais dirigentes nacionais e regionais e muitos quadros trabalhadores da sede e das delegações. A longa agenda de trabalho, elaborada a partir de sugestões apresentadas pelas delegações, esteve longe de ser esgotada, mas reflectia as preocupações de todos os que têm responsabilidades associativas, quer dirigentes quer executivas, e suscitou intervenções e achegas que, com certeza, se reflectirão na qualidade dos serviços prestados pela ADFA, no futuro, aos seus associados.

E sempre sem perder de vista esta missão de servir, fundamental para a ADFA, foram discutidos princípios e procedimentos no “atendimento e apoio social”, no “apoio jurídico e administrativo” na “reabilitação e assistência médica”, já não chegando o tempo para discutir os restantes pontos da agenda: a “articulação entre a sede, as delegações e os núcleos”, a dimensão internacional da ADFA no âmbito da “FMAC e da cooperação com os PALOP” e a “gestão e recursos humanos”.

Os temas e os seus contextos foram sendo apresentados pelos membros da Direcção Nacional, seguindo-se o debate sempre muito



participado, por vezes acalorado, umas vezes mais incisivo, outras mais desviado do tema, mas sempre com a preocupação de análise aprofundada dos problemas.

Para além da reflexão sobre a vida interna da nossa Associação, pretendeu-se também que este encontro servisse de rampa de lançamento para o próximo Congresso da ADFA, ideia lançada logo na abertura dos trabalhos pelo Patuleia e retomada nos seguintes termos pelo Lavouras: “... um Congresso da Associação deve ter conteúdo, contrariamente ao que tiveram os congressos do passado (...) porque, realmente, eles nunca reflectiram bem a realidade associativa, as carências, as necessidades dos sócios, o tipo dos serviços prestados e o tipo dos serviços a prestar...”

### BALANÇO DA JORNADA

Como síntese deste dia de reflexão sobre a vida interna da ADFA, retomamos a palavra do Presidente da DN que, a encerrar os trabalhos, procurou fazer “um balanço, uma radiografia, pois verificamos que a Associação está doente, precisa de ir ao médico e a equipa de médicos que deve tratá-la encontra-se aqui mesmo”.

“Verificámos que existem dificuldades, lacunas, uma rotina de funcionamento, uma desarticulação, uma descoordenação e coisas que se vão fazendo, resultantes dessa rotina, muito à maneira de uma repartição pública em certos casos. Mas resultou, em contrapartida, outra coisa muito importante e animadora, que é o facto de existirem dirigentes e quadros associativos

Dois momentos do Encontro no Salão da Sede Nacional



capazes de garantir a continuação da Associação. Provaram isso, pois que a trouxeram até aqui e são capazes também de curá-la destes males.

Portanto, nós precisamos de um trabalho assente numa planificação,

nós precisamos de uma acção articulada, de uma coordenação e nós precisamos de imprimir ao nosso trabalho um espírito associativo de defesa dos sócios em cada acção, em cada serviço prestado aos sócios, em cada medida, tendo sempre em vista

caminhar para atingir os objectivos, que é de facto garantir uma vida digna a todos os sócios. E para essa planificação, para essa articulação, para essa coordenação, nós temos que dispor de meios e temos que desenvolver tarefas que até aqui têm estado ausentes. Precisamos de utilizar o resultado do nosso próprio trabalho de uma forma estatística. Nós não temos um conhecimento real da Associação, do trabalho que todos vão realizando.

É necessário quantificar as realidades associativas, as necessidades, os problemas, elaborar estatísticas e assentar o nosso trabalho em bases reais, planificá-lo e realizá-lo com os pés bem assentes

no chão.

Necessitamos de estabelecer critérios dos mais elementares, como é por exemplo a deficiência dos casos tipo que vão surgindo, para forçarmos depois a realização de nova legislação e não nos contentarmos com o

cumprimento do nosso dever. Realmente, atendermos o sócio, encaminhá-lo, ajudá-lo a fazer um requerimento, não basta, não se esgota aí a função da ADFA.

#### FLEXIBILIDADE NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Se através desses meios conseguirmos resolver o problema, atingirmos os nossos objectivos, óptimo! Se através desses meios não conseguirmos resolver o problema, quer seja de assistência médica, de integração, de revisão processual, seja do que for, nós não podemos parar, temos que então inventar outras formas de actuação para resolver os problemas dos sócios. Não podemos cruzar os braços e aceitarmos a "derrota", pois, se calhar, até a lei não contempla, a lei não prevê. Nós estamos cá para, não só para que seja aplicada a lei, mas também para que, inclusivamente, no caso de a lei ser insuficiente, ser criada outra nova lei, ser criada nova legislação e não nos podemos conformar de maneira nenhuma com as recusas que nos são dadas, mesmo que legais, mesmo que juridicamente sólidas, porque então temos que recorrer a outros meios e são esses, a criação de novo ordenamento jurídico, se for o caso disso. E há tanta gente que não tem legislação pela qual possa ser contemplada e são sócios da casa, da Associação: é o caso dos deficientes em serviço, que vão à Junta da Caixa e esta procede como aqui foi dito e como toda a gente sabe. Não podemos ficar de consciência tranquila, só pelo facto de até termos ajudado um sócio a fazer um requerimento para recorrer da decisão da Caixa, como referi há pouco. Temos que recorrer da decisão da legislação, da decisão do legislador que criou essa legislação que permite essas injustiças; é isso que temos que fazer.

Temos que acentuar os próprios dados do nosso trabalho, recorrer à analogia, o que eu penso que nunca foi feito, no caso do apoio aos sócios para serem contemplados pela legislação (...). Não temos feito o levantamento dessas situações, não jogamos com elas, não cumprimos claramente as nossas obrigações. No entanto, por outro lado, e em contrapartida existe um espírito altamente associativo, o que, mais uma vez, aqui foi provado; uma qualidade de dirigentes fora de série, um sacrifício indiscutível de pessoas que se dedicaram à causa associativa, há anos e anos, e vêm prosseguindo, continuando de facto firmes nos seus postos para levar a Associação a bom porto.

#### GANHAR A BATALHA NO PLANO INTERNO

Neste último ano, penso que foi ganha a batalha do relançamento da Associação para o exterior, mas não foi ganha esta batalha no plano interno. Estamos a começar agora. É necessário sermos humildes e reconhecer as nossas falhas e incapacidade.

A descoordenação tem sido total, a desarticulação tem sido o que se viu aqui, o trabalho rotineiro desconcertado tem sido o que se viu aqui.

Eu se estivesse do outro lado, certamente dirigia sérias críticas à Direcção Nacional por só agora acordar para esta situação. Com certeza que ela responderia com os seus argumentos, alguns dos quais são válidos: que, tal como vocês, são pessoas empenhadas nisto por carolice, com dificuldades, com prejuízos da vida pessoal e profissional, que não chegam para tudo, que não há quadros associativos, que os próprios trabalhadores da Associação não foram aproveitados através de formação, do desenvolvimento das suas

capacidades. Também se tem trabalhado de uma forma rotineira, de uma forma "ad hoc", nunca foi dado um passo corajoso para se renovarem os quadros da Associação com profissionais. Está-se agora a fazer alguma coisa, mas ainda de uma forma tímida.

#### REJUVENESCER OS QUADROS

Os problemas que nos são apresentados, os desafios que nos são feitos, já não podem ser solucionados com este quadro de dirigentes e ao mesmo tempo de trabalhadores envelhecidos como estamos. Nós temos uma capacidade que ninguém mais tem: a sensibilidade, o conhecimento da realidade e a possibilidade de indicar caminhos. Agora temos que encontrar pessoas jovens, profissionais que, juntamente connosco, se articulem e sejam capazes de nos ajudar nesta tarefa.

É isto que vamos fazer. Se não formos capazes, então é porque falhámos, então teremos que nos autocriticar, que fazer qualquer dia outro balanço.

De qualquer maneira foram aqui lançados os dados. A radiografia da situação foi feita. Temos obrigação de lançar mãos à obra, com inteligência, com vontade, com determinação, utilizando os meios de forma racional e sobretudo nunca desistirmos. É isso que teremos que fazer, porque senão iremos desequilibrar o barco. Não podemos dar a ideia para o exterior que somos muito fortes e depois cá dentro sermos fracos.

Penso que seremos capazes de levar o barco de forma equilibrada e o passo que foi dado hoje aqui é importantíssimo.

Devemos utilizar, de uma forma mais inteligente, a nossa sensibilidade e o nosso conhecimento associativo."

## A solução está em todos nós

Uma das grandes Lacunas apontadas aos trabalhadores da ADFA, é o insuficiente ou mesmo inexistente especialização naquilo que fazem. Mais, especificamente em relação a trabalhadores das Delegações, alguns, mesmo sem especializações, são obrigados a particulares capacidades de polivalência e adaptação. O que resta fazer, será talvez colocar os pesos na balança, ponderando sobre a vantagem e inconvenientes de cada uma destas características adquiridas. Se por um lado a preparação para determinada profissão e tarefas, é fundamental e indiscutível, o facto é que alguns especializados quando chegam à Associação, deparam-se com handicaps, uma vez que lhe falta preparação, experiência, para que, como se costuma dizer, tocar muitos burros ao mesmo tempo. Depois é vê-los com queixumes e cheios de frustrações, enquanto os outros continuam a tocar o burro, aguentando tudo, até as injustiças. Até quando ?...

Não é a primeira vez que na ADFA se aborda a questão, agora ainda mais, por força da invasão informática, necessária sem dúvida, mas em muitos casos, desumana.

Esta casa ainda se rege pela solidariedade. Haja calma. Sim às novas tecnologias, mas com tempo e aproveitando-se a experiência dos trabalhadores. O combóio está em andamento e temos muitos coxos. Atenção à velocidade do combóio. Devagar se chega longe. Aproveitemos o que de melhor temos. Os que, mesmo a baixa velocidade não quiserem embarcar, então neste particular, terão que ser tomadas decisões, mas com diálogo, sinceridade e muita solidariedade. É que na nossa casa, a regra geral tem sido o 8 ou 80.

No caso específico da informática e também noutras áreas, é preciso ter calma. Ganhar-se-à muito tempo e não só. Não nos interessam só os canudos, se não houver experiência. Temos gente que deverá ser aproveitada. O nosso futuro, passa muito pelos trabalhadores e o caminho a seguir é conciliar a teoria com a prática, factor deveras importante. Missão impossível ?... A solução está em todos nós. Nenhum problema poderá ser resolvido, se for ignorado.

Coimbra, 12 de Julho de 1996

José Maia

## Deficientes sem Legislação

O 25 de Abril, para todos, já é mais do que tempo, passados que são mais de 22 anos vividos em liberdade. Por dever, obrigação, a Nação deve encontrar uma via para os deficientes militares que ainda hoje se encontram hospitalizados, sem qualquer legislação que os abranja.

Nos tempos que correm, debatem-se todos os assuntos, mas os destes homens são de primeira importância pela especificidade da sua situação. São homens que continuam, quer queiram, quer não, ligados à Nação e foi ao serviço das suas Forças Armadas que se deficientaram. Jovens que eram, no cumprimento do serviço militar obrigatório sem interrupção, longe da sua terra natal, ainda hoje continuam hospitalizados no Anexo em Campolide-Lisboa, depois de todos estes anos do término da guerra, onde são tratados e acarinhados por homens militares, que sabem o que foi e é o sofrimento destes homens que foram sãos e perfeitos para o serviço militar, mas, que pela sua dádiva à Pátria se encontram deficientes e doentes para toda a vida. De quem foi a culpa ? Deles não foi com certeza.

É um número considerável os que ali se encontram naquele que serve de casa e Hospital Militar, outros estão em casa ao encargo das famílias, sabe Deus com que dificuldades, sem apoio algum. Por quanto mais tempo vão estes homens assistir à transformação da sociedade que se quer (diz), mais humana e mais justa, sem que os responsáveis pela Nação, encontrem legislação que os abranja ?

A ADFA, ao longo destes anos, tem-se batido pela resolução da situação destes homens que sofrem na carne o peso da deficiência e estão isolados do Mundo que os rodeia já sem esperança de serem reintegrados na sociedade. Mas hoje parece haver novas formas, novos métodos, novas maneiras de encaminhar as situações e a ADFA, como sempre, vai encontrar a fórmula para o enquadramento destes homens, que por dever, obrigação, devem estar na legislação abrangente de todos os que se deficientaram ao serviço da sua Pátria: Portugal.

João Gonçalves.

## Questões Normais de Metafísica

**Quem nunca se pôs as questões: "Quem sou eu? Donde vim? O que faço aqui?" e depois: "Será que os outros também pensam assim? Será que isto é normal?"**

É precisamente esta questão do ser ou não normal que me tem estado a apouquentar há já algum tempo.

Estando entretida a ler o relatório de actividades de 1995 de um determinado programa da comunidade que pretende agir em prole das pessoas com deficiência, deparei-me com a terminologia típica da reabilitação: "mercado aberto de trabalho", "o meio laboral normal", "emprego apoiado", "emprego protegido", "os objectivos são", "as conclusões foram...", "determina-se que...", as recomendações são...", ...

Depois, convenhamos, tem alguns exemplos em que a teoria foi posta em prática, o que, diga-se, acaba por salvar o relatório.

Mas dizia eu que o meu problema reside na tal história do normal ou não e da sua aplicação ou não à terminologia da reabilitação.

Depreendo que quando nos referimos ao "meio laboral normal" nos estamos a referir ao mercado de trabalho em geral. Mas não! É só o mercado onde trabalham as pessoas normais, isto é, as pessoas não deficientes. E porquê normal? Há algum mercado de trabalho anormal? E porquê aberto? Há algum fechado? Não estará isto tudo na cabeça das pessoas? Esta busca incessante de complicar coisas simples? Eu explico.

Sendo a minha deficiência um grau de miopia considerável, i.e., uma deficiência irrisória, tive acesso ao tal meio laboral normal com apenas 16 anos. Através da operação *Ocupação dos tempos livres*. Assim, fui parar à secção de arquivo de uma certa autarquia. Adorei o trabalho e eles gostaram tanto de mim que acabei por ficar por lá quase dois anos. No entanto, as minhas colegas normais faziam horário de "trollha" (sem ofensa, às cinco largavam o martelo!), metiam baixas consecutivas, chegavam atrasadas, bebiam muitos cafés e nunca se sabia muito bem quem é que era casado com quem(?!). Mas isto é normal.

Passados uns anos, depois de passar pela faculdade, fui parar a uma agência de viagens. Gostei muito! Principalmente das festas de anos e de Natal, em que a chefe apanhava bebedeiras à moda antiga, todos os funcionários aproveitavam para a insultar, ela ria-se muito, bebia mais um copo e no dia seguinte não aparecia porque "comeu um croquete que lhe caiu mal". Mas, tudo isto era muito normal!

Mais tarde, comecei a trabalhar num hotel. O director só aparecia quando lhe apetecia, não dava a cara para nada e adorava gritar; o director financeiro roubava escandalosamente o hotel e não pagava nem os ordenados, nem os leasings, nem coisa nenhuma; metade das funcionárias, senhoras casadas, não tinham qualquer problema em "ir re-casando"; a governanta tinha credenciais e diplomas falsos; os recepcionistas fumavam "charros" na recepção, etc, etc. Mas, mais uma vez, eu estava perfeitamente inserida no meio laboral normal.

Isto são só alguns exemplos.

Outra situação, perfeitamente "normal" aconteceu-me aqui em Bruxelas, a dita capital europeia, o exemplo das capitais, onde se jogam (às cegas?) os destinos da Europa. Sou divorciada e, como qualquer pessoa "normal", fui tratar de retirar os nomes de família do meu ex-marido, a fim de estar perfeitamente legal nesta terra exemplar. Abreviando, apresentei o passaporte português já devidamente actualizado e emitido pela entidade competente, neste caso, a Embaixada Portuguesa em Bruxelas, uma certidão de nascimento modelo das comunidades europeias atestando o casamento e o divórcio e ainda uma certidão de nascimento narrativa completa. Pois estes documentos não chegaram para provar que o meu nome de solteira era diferente do de casada! Provou-o sim, a minha carta de condução!! Isto é normal?!

Depois de tudo isto, um bom psicólogo concerteza que vai dizer: "esta senhora está com graves problemas de integração". Não, esta senhora continua a passar por situações ditas normais e cada vez se convence mais de que se a normalidade e aquilo que me mostram diariamente, eu peço o favor de não me considerarem normal.

E afinal, onde é que começa a deficiência e acaba a normalidade? E o contrário? Já estou muito confusa. É normal!!!

Maria José Horta Carneiro  
Bruxelas, 26 de Junho de 1996

## Regularização de imigrantes

Para se contribuir para a melhoria das condições de vida dos Imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade e no respeito pela sua identidade e cultura de origem, torna-se necessário a regularização extraordinária de Imigrantes em situação ilegal.

Para a fiscalização ser eficaz, é necessário eliminar as restrições existentes no direito ao trabalho dos estrangeiros, de forma, a que, quem tenha autorização de residência, não seja levado a trabalhar clandestinamente.

Neste sentido, todos os associados da ADFA que não estejam legalizados, terão de se dirigir aos Centros de Recepção do Alto - Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas nas moradas de acordo com as suas zonas de residência

### Lista dos Centros de Recepção onde se devem dirigir:

#### CASCAIS

Parede, Avenida da República - 1439 - Terraços da Parede - Loja 4 (Junto à estação)

#### LOURES

Largo do Mercado - 1º de Maio -2685 - Sacavém

#### SINTRA

Cacém, Junta de Freguesia do Cacém, Rua Elias de Garcia, 48 - 1º Dtº  
Tel: 9144580

#### OEIRAS

Avenida Carolina Michaelis - Pavilhão Pré-fabricado do lado direito, LINDA-A-VELHA (Junto à Pedreira dos Húngaros) Tel: 4105694

#### SEIXAL

Amora, Associação Cabo -Verdiana do Seixal Rua Conselheiro Custódio Borge, - (Junto à estação dos Correios da Amora)

#### MOITA

Vale da Amoreira, Rua José Almada Negreiros, bloco 63

#### AMADORA

Gabinete de Recuperação de Degradados, - Prolongamento da Avenida Humberto Delgado, Pavilhão pré-fabricado, Bairro de Santa Filomena - Mina Tel: 4920956

#### FARO

Praceta Salgueiro Maia, Bloco J - A Cave, Carreira de Tiro, Antiga ARPI, Largo das Mouras Velhas, 16

#### LISBOA

Biblioteca Municipal do Bairro da Cruz Vermelha, Rua das Cinco Marias (LUMIAR) Tel: 7594764

Biblioteca do Paço do Bispo, Azinhaga do Vale Fundão, 1900 Lisboa, Tel: 8593801

#### BARREIRO

Associação Africana do Bareiro, Avenida Calouste Gulbenkian, nº 10 - B (Junto dos Casquilhos)

## Venda de Automóveis

### RENAULT

### OPEL

### VW E AUDI

MODELO	P. BASE	P.V.P.	MODELO	P. BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
TWINGO	1.239.439\$00	1.927.000\$00	ECO 1.2 5P	1.259.934\$00	1.930.499\$00	POLO FOX 1.05	1404.520\$00	1.926.005\$00
TWINGO PACK	1.312.089\$00	2.012.000\$00	ECO 1.2 + 3P	1.203.524\$00	1.864.499\$00	POLOGL 1.05	1.642.570\$00	2.204.523\$00
CLIO RL 1.2 3p	1.290.156\$00	1.922.000\$00	SWING 1.2 5P	1.502.242\$00	2.213.999\$00	POLO 3 VOL 1.4	1.917.579\$00	2.912.854\$00
CLIO RTI 1.4 3p	1.627.084\$00	2.627.000\$00	ECO 1.4 5	1.349.669\$00	2.311.699\$00	GAMA GOLF		
CLIO RL 1.2 5p	1.354.258\$00	1.997.000\$00	SWING 1.4 5P	1.541.118\$00	2.535.699\$00	CL 1.4 2P	1.948.084\$00	2.948.545\$00
CLIO RN 1.2 5p	1.495.284\$00	2.162.000\$00	ECO 1.5 TD 5P	1.672.283\$00	2.857.000\$00	CLD 1.9 4P	1.992.594\$00	3.000.622\$00
CLIO RN 1.4 5p	1.669.819\$00	2.677.000\$00	ASTRA			GL TDI 1.9 4P	2.942.378\$00	5.190.675\$00
CLIO BACARA 1.4 5p	2.451.870\$00	3.592.000\$00	RIO 1.4	2.094.366\$00	3.182.999\$00	TDI 4P Aut.	3.167.481\$00	5.454.045\$00
MEGANE			RIO GLS 1.4	2.308.896\$00	3.433.999\$00	VAR MOVIE 1.4	2.165.341\$00	3.202.736\$00
MEGANE RL 1.4 eco	1.819.795\$00	2.871.000\$00	RIO 1.7 TD	2.399.911\$00	4.044.000\$00	VAR CL 1.4	2.229.657\$00	3.359.885\$00
MEGANE RL 1.4	1.959.966\$00	3.035.000\$00	RIO GLS 1.7 TD	2.614.441\$00	4.295.000\$00	Var CLD 1.9	2.251.296\$00	4.382.109\$00
MEGANE RN 1.4	2.108.684\$00	3.209.000\$00	RIO CAR 1.4	2.214.879\$00	3.323.999\$00	VAR MOVIE TDI 1.9	2.901.007\$00	5.142.271\$00
MEGANE RT 1.4	2.227.487\$00	3.348.000\$00	RIO CAR 1.7 TD	2.520.424\$00	4.185.730\$00	VENTO CL 1.4	2.096.934\$00	3.122.700\$00
MEGANE RT TD	2.502.596\$00	4.677.000\$00	CLUB C. 1.7 TD	2.594.782\$00	4.271.999\$00	VENTO CLD 1.9	2.165.765\$00	4.282.037\$00
COMBI 1.2	1.560.624\$00	2.372.000\$00	VECTRA			VENTOGL TDI 1.9	3.106.317\$00	5.382.483\$00
BREAK 1.2	1.911.051\$00	2.722.000\$00	X 16 16V	2.629.987\$00	4.164.000\$00	GAMA PASSAT		
FGTE 1.9 D	1.645.425\$00	2.322.000\$00	CD X 1.7 DT	3.046.919\$00	4.800.999\$00	CL TDI 1.9	2.964.718\$00	5.216.812\$00
FGTE 1.9 D	2.004.399\$00	2.742.000\$00	TIGRA			GL TDI 1.9	3.518.820\$00	5.865.111\$00
VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA			COUPE 1.4 16V	2.093.532\$00	3.182.023\$00	TDI Aut.	3.719.323\$00	6.099.700\$00
CLIO RT - 3 PORTAS	1.827.789\$00	2.808.880\$00	COUPE 1.6 16V	2.507.765\$00	4.021.000\$00	Var CL TDI 1.9	3.215.059\$00	5.509.711\$00
CLIO RT - 5 PORTAS	1.975.630\$00	3.003.800\$00	AUTOMÁTICOS:			Var GL TDI 1.9	3.765.286\$00	6.153.476\$00
MEGANE RT	2.725.497\$00	4.246.496\$00	CORSA 1.4 AUT.	1.724.024\$00	2.738.060\$00	TDI Var Auto	3.964.931\$00	6.387.061\$00
			TIGRA 1.4 AUT.	2.276.418\$00	3.384.361\$00	GAMA AUDI		
			ASTRA 1.4 AUT.	2.277.272\$00	3.385.360\$00	A4 1.9 Conf..	3.834.963\$00	6.235.000\$00
			CARV.1.4 AUT	2.397.785\$00	3.526.360\$00	A4 1.9 TDI Plus	4.399.067\$00	6.895.000\$00
			VECTRA 1.6 AUT.	2.812.893\$00	4.366.360\$00	A4 1.9 + EC TDI P.	4.608.468\$00	7.140.000\$00
						A4 1.9 TDI Sport	4.698.212\$00	7.245.000\$00
						A4 1.9 TDI Avant	4.928.981\$00	7.515.000\$00
						A6 1.9 TDI	4.971.716\$00	7.505.000\$00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas.

Estas informações/vendas, são tratadas através do Sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10H00 às 13H00 e das 14H30 às 19H00 pelo telefones: 7570502;

7570422; 7570583, e das 20H00 às 22H30 para o telefone: 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01)

Disponos também de algumas viaturas usadas para venda em muito bom estado.

Consulte-nos antes de decidir!

## Projecto-lei do Grupo Parlamentar "Os Verdes"

Face ao projecto de lei do Grupo Parlamentar "Os Verdes" sobre o "Acompanhamento Familiar de Deficientes Hospitalizados", o SAS. emitiu o seguinte parecer que, pela sua importância, merece ser transcrito na íntegra.

*A base do projecto, consiste em ter em linha de conta a situação de pessoas deficientes quando internadas num hospital ou numa unidade de saúde, e as múltiplas dificuldades que desse facto podem advir.*

*O referido projecto pretende dar um contributo para as resolver.*

*Perante as dificuldades resultantes naturalmente das limitações da pessoa portadora de deficiência que acrescidamente enfrenta em adaptar-se, mobilizar-se, alimentar-se, barreiras que a sua condição lhe impõe e que dificilmente a Instituição/Hospital está em condições humanas de o superar.*

*Também o facto da família estar ausente e ser importante esta estar presente, uma vez que o envolvimento deste, e ajuda é fundamental para preservar o equilíbrio físico e psicológico do doente que se encontra hospitalizado.*

*Nesta perspectiva o partido ecologista os "Verdes" apresentam o seu projecto que abarca as seguintes vertentes:*

*- Direito do acompanhamento familiar ao deficiente hospitalizado (mãe, pai ou do cônjuge).*

*Nos casos em que haja doença grave com risco de vida, os pais ou cônjuge, poderão ser autorizados a permanecer juntos no período nocturno, exercendo sempre respeito pelas instruções e regras técnicas aos cuidados de saúde aplicáveis sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços.*

*No Direito de acompanhamento as pessoas não estão submetidas ao regulamento hospitalar de visitas, assim como, ao pagamento da respectiva taxa.*

*No que diz respeito à organização dos serviços, as administrações hospitalares devem modificar as instalações e as condições de organização dos serviços, de modo a melhor adaptarem as unidades existentes à presença dos pais ou cônjuge das pessoas deficientes internadas.*

*Devendo ainda, as unidades hospitalares e restantes serviços de saúde que venham a ser criados, deverão ser projectados de modo a possibilitar nas condições adequadas o acompanhamento nocturno*

*Ao deficiente deverá ser prestado atendimento personalizado mediante alteração do rácio enfermeiro/doente nos locais de internamento.*

*Proporcionar a cooperação entre os acompanhantes e os serviços, devendo os serviços prestar aos interessados/familiares a devida informação e orientação.*

*No entanto, os acompanhantes da pessoa deficiente devem ficar vinculados às instruções que forem facultadas pelos responsáveis dos serviços.*

*Poder-se-à dizer, que o objectivo do projecto, é proporcionar ao doente hospitalizado um maior bem-estar de forma a favorecer o seu rápido restabelecimento, tendo permanentemente o acompanhamento da família.*

Fátima Almeida

## Reunião da DN com os sócios na Sede Nacional



No dia 19 de Julho realizou-se a última reunião de sócios, antes das férias, já que, no mês de Agosto não haverá convocatória para a sua concretização.

Os associados ficaram estupefactos com a informação dos dois elementos da DN presentes que indicaram que, nesse mesmo dia, o presidente daquele órgão social nacional tinha apresentado à MAGN o pedido de demissão do cargo para que foi eleito, alegando, unicamente, razões de incompatibilidade entre a sua actividade profissional e o exercício do mesmo., ,

Ainda que reiteradas as razões evocadas por Lavouras Lopes, por parte dos membros da DN, dado serem aquelas as que lhes tinham sido ditas pelo próprio, os sócios não ficaram, de forma alguma, convencidos; lamentou-se que o demissionário não estivesse na reunião para, tal como fizera, há cerca de três meses, lhes explicar, com toda a clareza, quais os motivos que o levaram a tomar a que acham inexplicável atitude.

Os sócios exigiram aos elementos da direcção que, na próxima reunião, a convocar logo que possível, a solução a propor para este problema, que reputam de muito sério, venha a um debate de nível nacional e que Lavouras Lopes a ela compareça, porque os que o elegeram não aceitam que abandone o cargo a que se candidatou livremente.

Os sócios foram informados de que a Comissão Consultiva para os Assuntos dos Deficientes Militares, criada no Ministério da Defesa Nacional, ainda não se encontra em funcionamento, dado que os ramos das Forças Armadas, segundo indicou a Direcção-Geral de Pessoal daquele ministério, ainda não nomearam os respectivos representantes, o que indicia que aquela estrutura não reunirá antes das férias, o que é um factor de grande preocupação para a nossa Associação; no entanto, evidenciou-se que estava pronta a ser enviada ao Secretário de Estado da Defesa Nacional uma carta elucidativa sobre esta e outras inquietações dos responsáveis associativos, designadamente as reivindicações legislativas mais prementes que tardam há demasiado tempo, sem qualquer resultado prático, factor de angústia para os deficientes militares e suas famílias, quantas vezes em situações humanas para além do critico. Em suma, não existe, até agora, da parte do Ministério da Defesa Nacional, qualquer resposta à proposta global e de fundo apresentada pela ADFA.

A Comissão Parlamentar de Defesa, segundo foi dito, recebeu, no Palácio de S. Bento, a DN, tendo todos os deputados que a compõem, e se encontravam presentes, assumido, por unanimidade, uma postura de inequívoco apoio àquelas propostas que a ADFA apresentou no Ministério da Defesa, assumindo o presidente da Comissão, Eduardo Pereira, apresentar tal posição ao respectivo ministro. Foi indicado, por parte dos deputados, o interesse da criação de uma subcomissão que, na Assembleia da República, e no âmbito daquela Comissão, para o acompanhamento dos problemas dos deficientes militares.

Os assuntos mais realçados neste encontro, foram:

O dos deficientes sem pensão, para os quais a Comissão Parlamentar de Defesa entende que se tem que encontrar uma solução legislativa, designadamente para os casos em que é

possível estabelecer nexos de causalidade com o serviço, em especial os acidentados em percursos de e para os quartéis; e o dos nossos associados de origem africana que vêm para o nosso país, sem a nacionalidade portuguesa embora as coisas pareçam começar a correr melhor já que, recentemente, aquele direito foi reconhecido a 25 deficientes das Forças Armadas da Guiné e, há mais algum tempo, o mesmo tinha sido atribuído a mais de 30 de Moçambique. É este um passo fundamental para que lhes possam ser extensivos todos os restantes direitos como DFA.

Divulgou-se, em seguida, que em 18 de Julho tinha sido publicado o Decreto-lei n.º 97/96, que traz algumas alterações aos regimes das pensões de preço de sangue e de serviços relevantes. Embora de publicação recente, podia ressaltar-se a maior abrangência nas matérias sobre que se legislava, uma vez que ambas as pensões podem ser atribuídas a militares e civis cujos acidentes ocorram no estrangeiro; outra inovação consiste no facto de que, até à altura, os militares requeriam as pensões de serviços relevantes ao Supremo Tribunal Militar e os civis à Procuradoria-Geral da República e, a partir de agora, todos os pedidos serão formulados a esta última entidade.

Acerca das incorrecções técnico-financeiras apuradas na contabilidade, evidenciadas na última Assembleia-geral e, por este órgão, mandadas averiguar, foi informado que se encontrava a decorrer, naquele momento, uma auditoria financeira para que, muito em breve, se clarifique toda essa situação.

Um associado lembrou o estrangulamento que, a nível internacional e da própria União Europeia, a tentativa de retirar os direitos sociais dos cidadãos, que já levaram a sérios conflitos em França e na Alemanha, não indiciam nada de bom, no futuro próximo, em Portugal. A própria comunicação social já começou a preparar a opinião pública, com manobras de intoxicação, às quais não foi estranha a notícia, divulgada pelo "Independente", em Novembro de 1994, sobre o estudo da Caixa Geral de Aposentações acerca das pensões dos deficientes das Forças Armadas.

É indispensável, seria afirmado, que a ADFA priorize, em detrimento de outro projectos que, não se lhes retirando o mérito, não têm a premência da situação dos deficientes sem pensão que "nem a um comprimido têm direito"! A ADFA deve, obrigatoriamente, encarar, em definitivo e de frente, os problemas mais dramáticos dos seus sócios, em especial, os sem pensão, os cujos acidentes se encontram considerados em serviço e as viúvas, a quem a lei ainda não permite a atribuição de pensão de preço de sangue. Na verdade, as reais bandeiras reivindicativas da nossa Associação.

A preocupação deve ser muita e de todos os sócios! Não havendo disponibilidade do Governo, mais para aprovar a legislação do que para dialogar sobre ela, que haja a atenção e mobilização para que a Assembleia-Geral, a convocar sobre este único tema, até final do mês de Outubro, dê, a quem de direito, a resposta conveniente e cabal e demonstre, uma vez mais, e se for necessário, qual é o vigor e determinação dos deficientes das Forças Armadas quando estão em causa qualquer dos seus direitos ou os de qualquer dos seus elementos.

## Reunião de sócios

13 Setembro de 1996, 20:30 horas

### CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 13 de Setembro, sexta feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Remodelação da Direcção Nacional
- 2 - Informações da DN sobre medidas de carácter legislativo;

Lisboa, 25 de Julho de 1996

A Direcção Nacional

Feira Internacional de Ajudas  
Técnicas e Novas Tecnologias para  
Pessoas com Deficiências

# Ajutec'96

26/29 Set. 96

**EXPONOR**



  
**EXPONOR**  
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE  
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

ELO

Desejo receber  
informações

**Ajutec'96**

Como Expositor

Como Visitante

Nome/Empresa \_\_\_\_\_

Contacto \_\_\_\_\_

Direcção \_\_\_\_\_

País \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

EXPONOR - Feira Internacional do Porto  
4450 Leça da Palmeira  
Tel. 02 9981400 Fax 02 9957499

## Secretário Nacional de Reabilitação visita o CRPG

Em resposta ao convite do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação visitou as instalações deste Centro no dia 5 de Julho passado.

Estiveram presentes todos os elementos da Comissão de Coordenação e dirigentes da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e da CERCIGAIA.

Após uma introdução de boas vindas proferidas pelo Presidente da Comissão de Coordenação, Dr. Machado Alves, o Director do CRPG, Dr. Jerónimo de Sousa, apresentou o Centro e destacou brevemente alguns indicadores reveladores do trabalho desenvolvido por esta instituição.

O Senhor Secretário Nacional de Reabilitação agradeceu o convite e situou esta visita no seu

desejo de conhecer e consultar os actores da reabilitação em Portugal, sobre os problemas com que são confrontados, soluções que apresentam para a sua resolução e opções estratégicas para o futuro. Aproveitou ainda a ocasião para fornecer as últimas informações sobre a aprovação da verba atribuída para ajudas técnicas e sobre o programa CITE II.

Decorreu uma visita aos edifícios do Centro que terminou nas instalações

da Colónia da Aguda, onde foi servido o almoço.

No final do almoço

dia 27 de Setembro de 1996, como sessão paralela à Ajuotec'96 e Normédica,

conduziram à realização destas jornadas - desconhecimento dos

reflexão estratégica sobre a área e definição de futuras iniciativas, nos planos de investigação e desenvolvimento, da prestação de serviços e dos potenciais mercados.

Na mensagem deixada no Livro de Honra do CRPG, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação deixou um louvor aos seus dirigentes e colaboradores "... pela seriedade, competência e profissionalismo..." no serviço do sector desfavorecido da sociedade portuguesa que é o da reabilitação e integração das pessoas com deficiência. Garantiu ainda a "... admiração pela obra realizada, bem como o apoio do Secretário Nacional de Reabilitação para o desenvolvimento de futuros projectos."

*Jerónimo de Sousa*



juntaram-se elementos da Comissão Organizadora das I Jornadas sobre "Tecnologia de Apoio e Reabilitação. Soluções e Serviços", que terão lugar

com o fim de convidar o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação para as sessões de abertura e de encerramento assim como expor as razões que

intervenientes nacionais nas áreas das tecnologia de apoio à reabilitação e das actividades que desenvolvem, assim como necessidade de uma

## O futuro do CRPG, a sua personalidade jurídica e novas estruturas

Nas instalações do Centro Profissional de Reabilitação de Gaia (CRPG), decorreu nos dias 28 e 29 de Julho uma acção de formação/informação com os Órgãos Sociais Nacionais, as Direcções da Delegação do Porto e da CERCIGAIA e com o Conselho de Gestão do CRPG, a fim de ser analisada a possibilidade de lhe conferir um estatuto de personalidade jurídica.

Após este encontro, foram também visitadas as instalações do Centro de Férias da Aguda.

Uma delegação composta por elementos dos órgãos Sociais Nacionais da ADFA cinco da Direcção Nacional, dois da Mesa da Assembleia Geral e dois do Conselho Fiscal, deslocaram-se a Vila Nova de Gaia com o objectivo de participarem numa jornada de formação/informação sobre o CRPG à qual compareceram também os Órgãos Sociais da Delegação do Porto, a Direcção da CERCIGAIA, o Director do Centro e os elementos da Comissão de Coordenação do CRPG: o presidente, representante do IEFP, Machado Alves, o representante da ADFA, Vilaverde Guilherme e o representante da CERCIGAIA, Castro Soares.

O CRPG é considerado um dos melhores centros de reabilitação de Europa, não só devido à qualidade dos serviços prestados na área de

fabrico de próteses e órteses como também nos métodos pedagógicos

Durante o ano de 1995 teve 130 utentes na área de avaliação/orientação provenientes essencialmente do Porto, Aveiro e Vila Real.

### GRANDE VARIEDADE DE CURSOS

Foram ministrados cursos de Formação Profissional, em áreas das mais diversas: Electrecidade, Serralharia, Electromecânica, Administração e Gestão, Electrónica, Carpintaria, Edição Electrónica, Desenho Assistido por computador, estofos, Costura, Tecelagem, bordados, e limpeza e restauração, com a duração de um ano, a 209 formandos num total de 265 542 horas. Destes 209 formandos 20 foram integrados no mercado de trabalho 1 por conta própria

12 em actividades ocupacionais e 1 em emprego protegido. Os restantes 165 11 desistiram, 10 não foram integrados e 144 continuam em formação.

### SISTEMA PEDAGÓGICO INOVADOR

De realçar que o sistema pedagógico implementado neste centro é inovador na medida em que se preocupa com o caso individual de cada formando. Cada um segue a formação de acordo com as suas especificidades próprias dando corpo ao tão propalado "direito à diferença". A Formação é por módulos e cada um segue o seu ritmo.

### ACRÉSCIMO DE UTENTES

Durante o ano de 1995 o



*Stand do CRPG na AJUTEC*

CRPG teve um acréscimo de utentes de 23,9% (869). O aumento registou-se também ao nível da fabricação de próteses e órteses. As próteses continuaram a ter o maior número de produções e reparações (354). Neste domínio foram introduzidas algumas novidades: joelho inteligente da Endolite, materias de silicone etc. A actividade que teve um crescimento mais acentuado foi a comercialização de ajudas técnicas: 66 cadeiras de rodas, 26 almofadas anti-escara e 46 canadianas, para além de outros produtos.

### COLÓNIA DE FÉRIAS NA PRAIA DA AGUDA

O CRPG celebrou um protocolo com a Fundação dos Armazenistas de Mercearia para a utilização, a título gracioso, das instalações da Colónia de Férias Nª Senhora de Fátima, localizada na Aguda, na freguesia de Arcozelo, Vila Nova de Gaia, para o exercício de actividades de carácter social no âmbito das suas funções. O CRPG compromete-se a assegurar a manutenção e conservação das instalações. Não tem, no

entanto, direito a qualquer indemnização, reembolso de despesas, e direito de regresso ou de retenção, seja a que título for. O protocolo é válido por 10 anos.

As instalações situam-se perto da praia da Aguda e irão servir de apoio aos cursos de formação profissional ministrados no CRPG. Encontram-se já em funcionamento algumas camaratas, o refeitório e sala de estar. De realçar que a recuperação do edifício tem sido feita com a colaboração dos formandos da área da carpintaria, electrecidade, serralharia, jardinagem, etc.

## Parentes pobres...

Atendendo à actual situação, os deficientes militares a nível de Legislação, são tratados, uns como Parentes Pobres (deficientes em serviço, viúvas e deficientes sem Legislação) e outros como Parentes Ricos (DFA'S).

Fazendo uma análise do que tem sido a luta da ADFA desde a sua fundação em termos de Legislação, chega-se à triste realidade de que os tais Parentes Pobres, foram sempre colocados em segundo plano.

Isto é mais ou menos compreensível, pois desde a fundação da ADFA (14 de Maio de 1974) concretizada essencialmente por Oficiais Milicianos, feridos no teatro da guerra colonial que o País atravessava, na altura internados no Hospital Militar, foi-se tornando imperioso para eles lutar por Legislação que salvaguardasse o seu futuro, objectivo esse mais ou menos conseguido e materializado na altura e ao longo de 21 anos da ADFA, através dos dirigentes que têm passado pelos Órgãos Nacionais, na sua esmagadora maioria DFA's, perante a passividade negligenciada dos Deficientes em Serviço, onde nos incluímos, embora contrafeitos, pois quando solicitados, demos o nosso contributo, tanto a nível de Órgãos de Delegação como de Órgãos Nacionais, sentindo nessas alturas, (funções em Órgãos) a tal diferença entre parentes Pobres e Ricos, até na formação das próprias listas.

### 6080 DEFICIENTES EM SERVIÇO

Já agora convém lembrar que o número de DFA'S, segundo números de 1995, é de 6251 (50,7%) e o número de Deficientes em Serviço é de 6080 (49,3%), totalizando 12331 Deficientes Militares.

O nosso posicionamento face às reivindicações Legislativas dos Órgãos Nacionais é de que andam a empalar uma vez mais os Deficientes em Serviço. Senão vejamos. Na Delegação do Porto efectua-se reuniões mensais entre os Órgãos e Sócios no primeiro sábado de cada mês há longos anos. Pois até à efectivação da AGN de 13-04-96, em todas as reuniões dos ditos sábados, na dita Delegação (Porto), foi sempre focada a situação dos Deficientes em Serviço através de sócios nessa condição, acabando mesmo os Órgãos da Delegação por aparentemente tomarem a posição de, na AGN de 13-04-96, apoiarem a discussão da proposta sobre Deficientes Militares da DN ou seja, discussão pelos mais interessados (Deficientes em Serviço), e o que se verificou foi que aquando da discussão da dita proposta, três sócios pertencendo aos Órgãos da Delegação do Porto, apresentaram um requerimento à MAGN para votação da proposta quando havia ainda alguns sócios inscritos, portanto interessados em contribuir pouco ou muito na discussão dos seus problemas (Deficientes em Serviço). E tacticamente a MAGN foi na onda.

Face a estes acontecimentos, não aceitamos que os problemas dos Deficientes em Serviço, Viúvas e Deficientes sem Legislação, sejam tratados nas suas costas, pelo que formamos um grupo de Deficientes Militares, a fim de terem voz junto dos Órgãos Nacionais. Fazemos um apelo a todos os Deficientes Militares que queiram aderir a este grupo (que conta já com algumas dezenas de aderentes), o façam, através dos seguintes endereços:

**Albino Maia, Sócio n° 6041**  
Rua Aldeia Nova, 171-Canidelo - Telf - 029280482  
4480- Vila do Conde

**Francisco Pereira Marques, Sócio n° 5960**  
Rua Vasques Mesquita, 288 - Telf - 025933898  
4300 Porto

**Américo Vieira Figueiredo, Sócio n° 4299**  
Rua da Tuna, 62 - R/C-D - Vilar de Andorionho  
-tlf. - 027824389  
4430 - Vila Nova de Gaia

## Vende-se andar

Com acesso a cadeira de rodas, garagem dupla, 4 assoalhadas, 2 casas de banho, arrecadação e despensa, com grande terraço.

Praceta da Castelhana, lote 22 cave-B, alto da Castelhana

2750 Cascais

Telf: 01/ 48444990 / 039/ 53 10 76

## Deficientes militares sem pensão

# Dois pesos duas medidas



Numa reportagem feita há tempos por uma estação televisiva, era dado a conhecer a situação de ex-militares a viver em cadeira de rodas, instalados no anexo do Hospital Militar. Dizia-se na reportagem, que estão nesta situação, porque auferem uma pensão mensal de oito mil escudos, que não lhes permite acolherem-se às suas famílias, ou fazerem face à sua própria subsistência.

Nestes e noutros casos, que na ADFA conhecemos mas a opinião pública não conhece, mas dos quais os sucessivos governos não estão alheios, o Estado que serviram enquanto foram jovens e fortes com saúde, não lhes confere direitos, porque não podem ser considerados deficientes das Forças Armadas, visto que os acidentes de que foram vítimas ocorreram em situações fora do teatro de operações. Um dos casos referidos, foi mesmo atingido pelo rebentamento de uma mina quando se deslocava no regresso de uma operação no mato. Muitos casos do desconhecimento da opinião pública, existem. Uns mais outros menos graves. Muitos Governos têm passado e a verdade é que a situação de muitos camaradas se mantém, agravando-se cada vez mais. Através de um formalismo cego, de uma interpretação restritiva da lei e de um exagerado e desproporcionado rigor das normas legais aos casos em apreço, tudo assumido em benefício de causa própria, do Estado, e com uma enorme carga de desumanidade, em nome do próprio Estado, alguém negou e continua a negar a evidência da situação, gerada na maior parte dos casos, directa ou indirectamente, pela abertura das hostilidades

e pela consequente mobilização dos mancebos para a guerra. Foi o estado de guerra em que se estava inserido, e do qual por vontade própria queriam libertar-se, que proporcionou as ocorrências que vitimaram tantos jovens militares. A hierarquia militar, JHI incluídas, faz por ignorar os factores determinantes dos acidentes e doenças que vitimaram tantos homens, extraindo dessa ignorância, fundamentos da recusa da responsabilidade que deveria caber, integralmente ao Estado, e que este parcialmente aceita, até porque em alguns casos, mantêm-nos em instalações de estabelecimentos hospitalares militares.

Em contraste, muita gente não dá boleia a militares aos fim de semana, pelo receio de em caso de acidente que atinja o soldado, terem-se de haver com a justiça militar e sujeitarem-se a grandes indemnizações ao Estado, aos próprios ou à respectiva família. Isto porque as leis militares consideram que os jovens recrutados constituem seu património, e como tal sentem-se com direito às indenizações e correspondentes à desvalorização ou perda do aludido património. Porém, todos temos visto os desvelos que têm sido dispensados por altas entidades da República Portuguesa aos militares destacados na Bósnia. A este propósito seria pedagógico que não se continuasse a assistir aos espectáculos mediáticos, às vezes até folclóricos, de visitas com certeza bem caras ao erário público. Em contrapartida, em relação aos militares do tempo da guerra colonial, na hora da verdade em que é preciso materializar a fraternidade, o reconhecimento, o apoio, e que todos estes sentimentos se expressassem no concreto,

sem sofismas nem delongas, tudo se dilui em oceanos de promessas. Seria a melhor forma dos governantes prestarem um serviço mais adequado aos interesses do país e com mais proveito para os mais directamente atingidos pelos eventuais e previsíveis infortúnios. Temos assim, dois pesos e duas medidas segundo os critérios discricionários do Poder. O Estado é extremamente rigoroso na responsabilidade dos cidadãos, mas quando se trata de assumir responsabilidades, esquiva-se e ultrapassa no sentido negativo os limites do razoável.

Do mesmo modo, políticos postrados à mesa do orçamento, com a prerrogativa de elaborarem e aplicarem as leis, mostram-se determinados na obtenção de aumentos das remunerações próprias e não só, como ultimamente se tem visto o ouvido em relação a umas certas viagens fantasmas, mas nem por momentos revelam alguma sensibilidade para a resolução de gravíssimos problemas de sobrevivência de quem se limitou a cumprir o seu dever de cidadão, estando-se nas tintas para a aplicação da mais elementar justiça exigida pelos Direitos do Homem.

Pouco lhes importa a salvaguarda da dignidade do Estado de Direito que se finge ser o Estado Português. Face à natureza do tema, são inevitáveis as comparações. Um deputado ao fim de oito anos no Parlamento, reforma-se com uma choruda quantia e mais subsídios disto e daquilo. Para o deputado o Estado tem mãos largas, sendo extremamente generoso; e revela uma enternecedora preocupação pelo futuro do seu filho dilecto, não lhe regateando meios que lhe assegurem sem traumas a continuidade do seu

bem estar.

Pides foram contemplados com elevadas pensões, pelos seus feitos heróicos de darem forte e feio aos opositores do regime fascista. Foram generosamente recompensados pelo Estado misericordioso. Aos deficientes e outros militares ex-combatentes, marcados para toda a vida, vítimas de acidentes e doenças enquadrados num contexto de guerra, mesmo em muitos casos, de jovens militares que não estavam no teatro de operações, estando de qualquer maneira ao serviço da Pátria, a muitos foi-lhes atribuída uma pensão de miséria, e a tantos outros, absolutamente nada.

Andaram estes militares a divertir-se no serviço militar? Andaram a brincar à custa do Estado? Numa lógica maquiavélica surgirá a dúvida. Os ex-militares, hoje com graves deficiências não estarão agora a sofrer o castigo por essas brincadeiras?

O Estado, no mínimo não concede o benefício da dúvida e optou pela solução que julgou melhor defender a sua economia, afastando-se dos mais elementares valores humanísticos, que deveriam ser apanágio da Democracia, aliás em conformidade com a Constituição da República Portuguesa.

Por mais prolixas que sejam as retóricas utilizadas para explicar a dualidade de critérios, não há nada que justifique o injustificável. É difícil esquecer e engolir a distinção que o Estado faz entre filhos protegidos e enteados incómodos e rejeitados. Começa a faltar a paciência. Algo de muito errado está na orgânica do Estado, quando tão mal trata quem por ele deu a saúde, a juventude e em tantos casos a própria vida, não se dispensando de proporcionar a alguns figurões todas as benesses, quantas vezes com o maior despudor e desenfreada imoralidade.

A ADFA e todos nós, deveremos denunciar esta vergonha e não podemos ser espectadores apáticos, e não tolerar por mais tempo esta situação que configura indignidade nacional e a todos diminui como país civilizado, regido por princípios humanísticos e cultor de estados afectivos e solidariedade social.

**José M. Maia**  
Associado 244

## Poeticamente

"Nos Últimos Terraços"

De Sophia de Mello Breyner Andresen

Nos últimos terraços dos espaços  
Sobre os ventos imóveis e calados

Nem a primavera derramada  
Nem o terror e o caos que a terra gera  
Nem a sombra vermelha dos corpos mutilados  
Atravessam  
As barreiras de silêncio que o separam.

Tem o rosto voltado ao infinito  
Um rosto perfeito de traços imutáveis  
Nem frio, nem calor, nem ar, nem água  
O alimentam.

Respiram unicamente o seu segredo  
O seu segredo secreto para sempre

E duas fontes correm dos seus olhos fechados.

Nos últimos terraços, é um poema onde Sophia de Mello Breyner nos descreve poeticamente uma estátua.

As imagens são de uma beleza e encanto fora do comum e a musicalidade e o ritmo enchem-nos simultaneamente de uma melodia atraente e exclamativa!

O silêncio sugere-nos interrogações e preenche praticamente todo o tema.

A Poetiza ao terminar: "E duas fontes correm dos seus olhos fechados", deixa-nos perplexos, tão bonita é a poética e tão profundo o seu alcance.

Sá Flores.

## Disparidade das pensões dos deficientes militares

Os altos comandos militares e os ilustres governantes, provavelmente, também estão alheios a estas situações deploráveis, estando totalmente sem possibilidade de poder interpretá-lo para poder traduzir. É que a luz que está em nossas mentes se apagou e para a recuperar está difícil! Tomei conhecimento que um deficiente das Forças Armadas com 30% de incapacidade recebe uma pensão de 117.480\$00 e um outro, também com 30% de incapacidade, a pensão de 29.000\$00. Eu tenho 71% e recebo uma pensão de 105.366\$00. Fico espantado que um deficiente com 30% pode receber mais do que eu com 71%. No meu entendimento isto é feito por pessoas educadas, honestas e com muita dignidade!

A Direcção da ADFA tem toda a competência para dizer que quem tiver as quotas em dia, tem os direitos assegurados. Não percebo como este jogo é feito. Talvez que seja o jogo do esconde esconde! Eles é que percebem; eu não percebo nem consigo entender.

Talvez que a Direcção da ADFA, também não entenda. Porque, se entendesse, explicava como estas coisas são feitas.

Se o Sr. Director do ELO achar conveniente publicar esta carta, para que os muitos sócios tomem conhecimento e não esconder a imundice existente.

Deve haver jornais que gostariam de tomar conhecimento destas manobras tenebrosas.

Se não for publicada no nosso jornal, pode ser que seja publicada em outro qualquer jornal. Pode ser que algum saiba explicar, porque nós não percebemos mesmo!

Armando Maria Gonçalves  
Associado 1447

NOTA DA REDACÇÃO:- Este assunto mereceu a atenção do Departamento de Apoio aos Sócios que já enviou ao nosso associado um ofício explicativo, relativo às questões apresentadas.

Adianta-se que, com a publicação dos Decretos-Lei 314/90, de 13 de Outubro, e 146/92, de 21 de Julho, a situação dos deficientes em serviço com incapacidade igual ou superior a 70% foi substancialmente melhorada, o que deu origem à designação de GDFA (Grandes Deficientes das Forças Armadas), aos quais foram atribuídos grande parte dos direitos dos DFA abrangidos pelo DL 43/76, de 20 de Janeiro.

Actualmente, a ADFA está empenhada em que seja melhorada a situação dos deficientes militares em serviço, aos quais, na sua grande maioria, é abonada a pensão que ronda apenas os 30.000\$00.

Como se pode ver, estas situações envolvem pormenores técnicos e legislativos que têm a ver com as diferentes envolventias e origens da deficiência que, conseqüentemente, são abrangidas por diferentes diplomas legais. Daqui resulta o enquadramento em diferentes sistemas retributivos das pensões aos deficientes militares.

## Não tenho medo da polícia

## Nem da Guarda Nacional

## Só tenho medo do Juiz

## Quando estou no Tribunal ...

Esta era uma quadra popular que se cantava na minha terra quando eu era pequeno e que não sei bem porquê me ficou na memória. Dizia o meu avô que ela começara a ser cantada depois do 5 de Outubro de 1910 e que simbolizava o poder dos tribunais, únicas entidades que podiam julgar e condenar e por isso, o povo, que nestas coisas não deixa passar nada, sabia que a polícia ou a guarda nada podiam contra o indivíduo, sobre quem só os tribunais tinham jurisdição.

O Estado Novo virou a cantiga ao contrário e os portugueses voltaram a temer a polícia e a guarda nacional, a pida e de um modo geral todas as fardas. E tinham razão. Qualquer polícia, qualquer GNR podia levar para a esquadra e para o posto, cidadãos (pobres de preferência) e ali molhar a sopa impunemente. Nas aldeias, pessoas houve, que depois de um desaguado com um vizinho, eram chamados ao posto da GNR ou à Administração do Concelho para aí serem admoestados à bastonada ou com aquele cinto de fivela metálica que os agentes usavam. E não havia advogados, nem testemunhas, nem qualquer outro tipo de defesa. Os próprios ofendidos, na maioria dos casos, homens de bem, que apenas bebiam uns copitos a mais para se esquecerem das agruras da vida, nada contavam, pois era suprema vergonha um homem de barbas na cara levar porrada como qualquer cachopo.

Mas eis que surge o tal 25 de Abril, dia, como diz o poeta, "a favor do pobre e contra o rico" e todo o povo acreditou que tudo ia mudar. Finalmente, os cidadãos já podiam voltar a respirar de alívio porque ninguém mais iria ser espancado por polícias e guardas, em suma, voltava a ser apenas o juiz a estabelecer as penas e como pena de morte já não havia, tudo o que podia acontecer era ir parar à prisão. A constituição até dedicou páginas inteiras a isso. "E o povo acreditou ainda nessa cantiga" (cá torna o poeta).

Mas não foi o que aconteceu. Como cães raivosos, inúmeros agentes da autoridade abusam da dita e desancam a torto e a direito no desgraçado do cidadão (pobre). Eles são os guardas prisionais que molham a sopa nos presos, eles são os GNR'S que torturam e cortam o pescoço das vítimas, que ferem e até matam trabalhadores e manifestantes, eles são os polícias que fazem das salas das esquadras autênticos ringues de treino de boxe em que os sacos e os balões são os queixos dos cidadãos e as luvas o cacete, eles são os porteiros e seguranças das boites e outros similares que se comportam como cães de fila, quando algum cliente sai daquilo que eles consideram comportamento normal.

Nos criminosos de colarinho branco ninguém toca. Para esses não há polícia. Nunca são espancados nas esquadras. Raramente se sentam no banco dos réus e quando isso acontece têm muito dinheiro roubado para pagar a bons advogados ...

Para os cidadãos comuns as coisas correm de outra maneira e apesar de segundo se afirma vivermos num estado de direito, a palavra de um polícia vale sempre mais do que a de um homem, quando confrontadas. Assim podem ser humilhados e ofendidos, que os seus agressores raramente pagam pelo que fazem. As polícias são organizações corporativas fechadas, não testemunham contra si próprias. E sem testemunhas os juizes não podem condenar.

Agora um Sargento da GNR, deu um arraial de porrada num deficiente das Forças Armadas. Nem sequer o facto do mesmo se encontrar de muletas o impediu de o agredir. A mim foi a polícia, quinze polícias que em 23 de Janeiro de 1982 me reduziram a cara a um bolo na esquadra do Jardim do Regedor, quando ali imperava o tristemente célebre bailarino. Mas de que nos admiramos afinal? Onde são recrutados os agentes da (des) ordem. Que testes de inteligência ou de capacidade moral e cívica lhes foram feitos?

Será que não haverá nada a fazer para varrer de vez estes autênticos bandidos do seio das forças de segurança? Será que não se pode exterminá-los? Naturalmente, que não.

Então aqui fica um conselho. Quando o quiserem levar a uma esquadra ou a um posto da GNR, resista, não vá nem de rastos ou então peça a presença do Ministro da Administração Interna ...

Prevenir, nunca é demais ...

Carmo Vicente

## A COLUNA DO ZANGÃO

O silêncio convidava à meditação. A tarde estava calma. Através das janelas chegava-me o bulício da cidade.

Já estava preparado, pois tinha a certeza da visita do nosso amigo zangão.

Confesso que fiquei algo apreensivo, pois o seu sorriso era um misto de enigma e de determinação.

Pensei. Que será desta vez?...

Após os habituais cumprimentos, começou...

- "Gostaria de saber a opinião dos teus leitores acerca de um tema assaz pertinente."

- "E que tema é?" Perguntei

- "Uma breve meditação entre a vida e a sua destruição."

É cada vez maior a informação acerca do consumo de drogas e as suas nefastas conseqüências. Contudo, infelizmente, grandes vivendas, automóveis, refeições são pagas com lágrimas amargas dos que se deixam envolver por essa criminoso teia, e seus familiares.

As autoridades, vão pondo ao serviço dos tóxicos dependentes diversos serviços de apoio. De entre eles o fornecimento gratuito de seringas.

Por outro lado, existe um grande número de pessoas que dependem das seringas:- os diabéticos. Mas, as seringas para eles são a fonte indispensável que os liga à vida através desse miraculoso produto chamado insulina.

Façamos uma pequena pausa e perguntemos:

Se o infeliz dependente de drogas, cuja destruição é directamente proporcional ao enriquecimento de uma casta de objectos indivíduos a quem me repugna classificar dentro do género humano, têm as seringas gratuitamente, porque é que os diabéticos, cuja doença não compram em qualquer rua de qualquer localidade, para produzirem riqueza para a sociedade, com o seu saber e trabalho, aquelas agulhas, sem as quais não podem viver, não lhes são fornecidas em qualquer "kit" gratuito?

Até parece que são eles, os diabéticos, os culpados da sua doença, enquanto os consumidores de droga, as pobres vítimas de uma assistência social com graves lacunas por preencher."

E, antes que pudesse reagir, o som característico do seu zumbido, foi abafado com o seu:

- "Adeus meus amigos. Eu voltarei!"

Victor Sengo

## Sócios Falecidos

Manuel Jesus dos Santos, sócio nº 8041, de 55 anos de idade, com 37,9% de incapacidade, faleceu no dia 17/06/96.

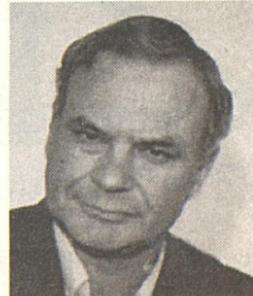
Residia em Vila de Loba - Viseu.

Deixa viúva a Sra. D<sup>a</sup> Cândida de Almeida e órfãos 5 filhos..



José Cardoso dos Santos, sócio nº 13300, de 51 anos de idade, com 14% de incapacidade, faleceu no dia 12/05/96.

Residia em Lugar de Carreiros, freguesia de Sanguinheira, Concelho de Cantanhede  
Deixa viúva a Sr.<sup>a</sup> D. Maria Adília Pessoa Pereira e órfãos 2 filhos.



José Joaquim Brandão de Freitas, sócio nº 10367, de 83 anos de idade, faleceu no dia 28/04/96.

Era pensionista de Preço de Sangue por morte do seu filho em combate no ano de 1971, em Moçambique.  
Residia no Porto.  
Era viúvo.



Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

# TODAS AS RAZÕES

para nos visitar..

Todos os modelos  
disponíveis



Atendimento  
personalizado



Técnicos  
especializados



## ... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da **LINHA-VERDE 0800 21 1996**

**RENAULT AVENIDA**  
Avenida da Liberdade, 29  
☎ 346 76 97

**RENAULT ANDRADE CORVO**  
Rua Andrade Corvo, 31-B  
☎ 352 23 70\*

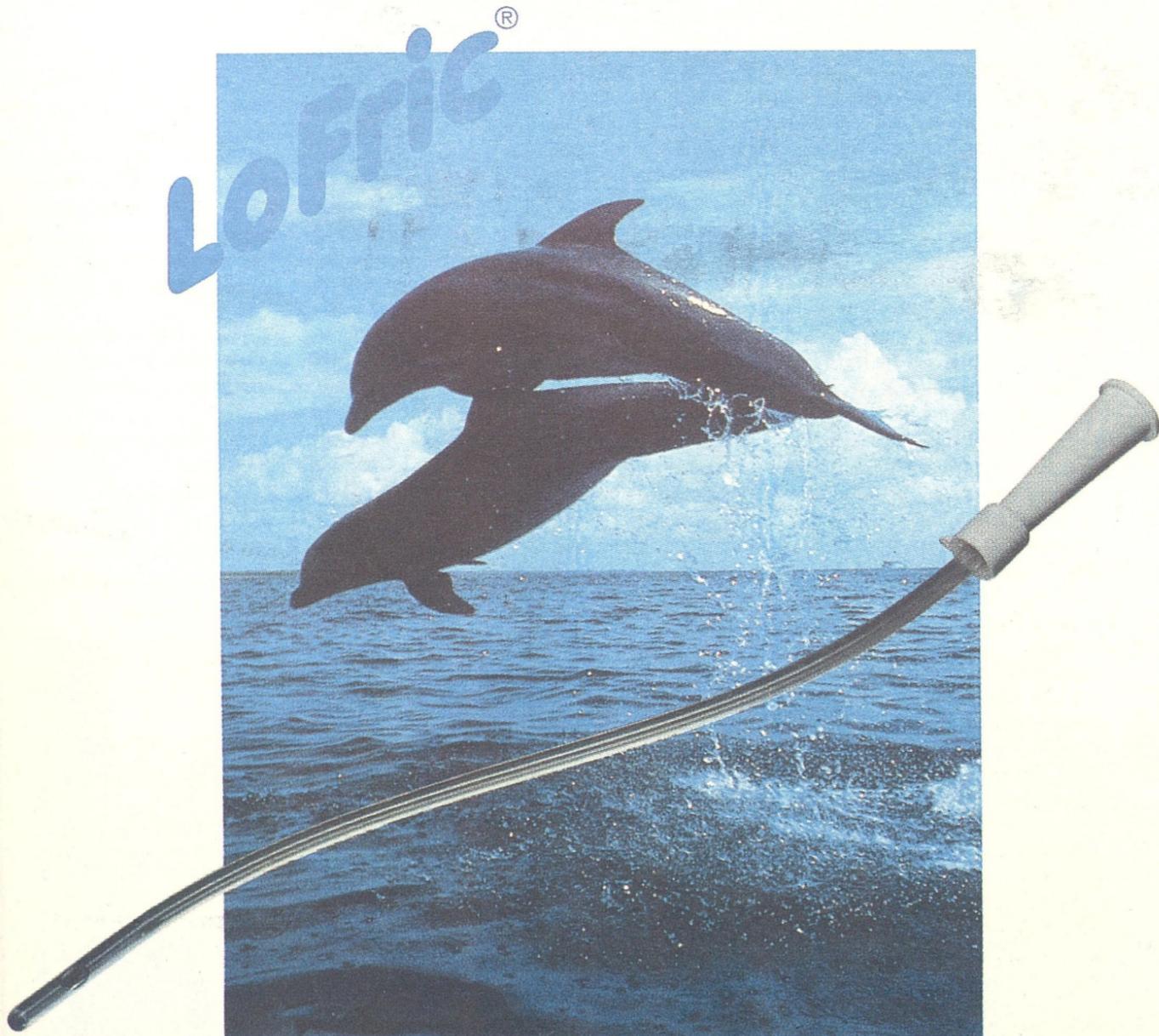
**RENAULT CHELAS**  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E  
☎ 836 14 14

\*Aqui, a nossa vendedora Rosário Jorge estará sempre disponível para o atender.



## LoFric® – O Cateter de Baixa Fricção

PARA A CATETERIZAÇÃO INTERMITENTE  
NOVA PERSPECTIVA PARA DOENTES COM RETENÇÃO URINÁRIA



- CATETER MUITO LUBRIFICADO, NÃO NECESSITA DE QUALQUER GEL
- REDUZ EFICAZMENTE A FRICÇÃO URETRAL
- O RISCO DE TRAUMA E INFECÇÃO É CONSIDERAVELMENTE MENOR

**LoFric® permite a melhoria da qualidade  
de vida do doente no seu dia-a-dia**

CONSULTE O SEU MÉDICO/UROLOGISTA  
EM CASO DE NECESSIDADE PODE CONTACTAR-NOS:

Rua do Proletariado, 15-C  
2765 LINDA-A-VELHA  
TELEFONE: 01-4171747 FAX: 01-4171938

 **BIO-SPA**  
Produtos Farmacêuticos, Lda

## Comissão Parlamentar da Defesa recebeu a Direcção Nacional



A pedido da ADFA a Comissão Parlamentar de Defesa recebeu em audiência a Direcção Nacional da nossa associação, no dia 3 de Julho, no Palácio de S. Bento. Com esta audiência a ADFA teve por objectivo informar os deputados que compõem a Comissão sobre as questões mais prementes que afectam os deficientes militares e suas famílias.

O Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Eduardo Pereira, a quem foram entregues as propostas legislativas da ADFA, já antes apresentadas ao Ministério da Defesa Nacional e à instituição militar, considerou justas as reivindicações da ADFA, entendendo no entanto que a iniciativa para a resolução destes problemas será, em primeira instância, do MDN. Eduardo Pereira comprometeu-se a discutir estes documentos com o Ministro da Defesa Nacional, disponibilizando-se também para a eventual criação de uma subcomissão para acompanhamento parlamentar da discussão deste projecto no âmbito daquela comissão.

De entre as questões apresentadas mereceram maior destaque as relacionadas com os associados oriundos dos PALOP (conservação ou concessão de nacionalidade portuguesa e pagamento de indemnizações a estes antigos militares).

Mostrou também preocupação e empenho em relação aos deficientes militares sem pensão, sobretudo em relação aos grandes deficientes internados no HMP-Anexo.

A Direcção Nacional referiu que a nossa ida à Assembleia da República não tinha o sentido de se sobrepor ao relacionamento com o Governo, mas sim o de informar directamente os deputados de forma a gerar uma maior envolvimento destes com os problemas dos deficientes militares.

Nesta reunião estiveram presentes deputados de todos os partidos com assento parlamentar que por unanimidade consideraram premente e pertinente este encontro para que se equacionem a curto-prazo soluções legislativas adequadas.